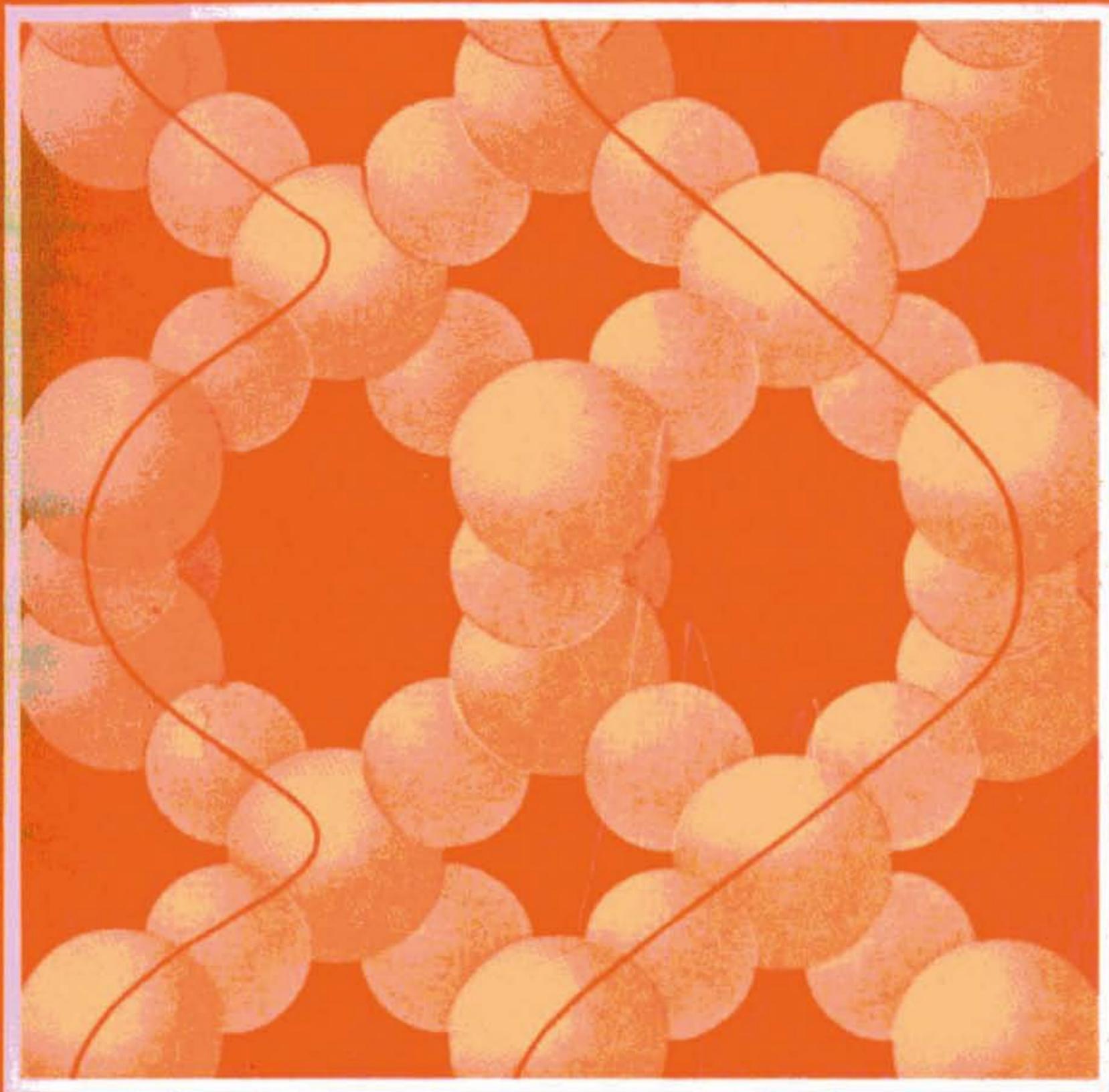


convergência

JUN — 1976 — ANO IX — Nº 93



- **SER RELIGIOSO HOJE É UM DESAFIO**
Pe. Carlos Palmés, SJ — página 268
- **O RELIGIOSO E A JUSTIÇA SOCIAL**
Dom Timóteo Amoroso Anastácio, OSB — página 282
- **VIDA RELIGIOSA NA IGREJA HOJE**
Dom Ovídio Pérez — página 291
- **IGREJA, COMUNIDADE EVANGELIZADORA E MINISTERIAL**
Irmã Vilma Moreira da Silva, FI — página 298

EDITORIAL

Vida religiosa é uma tomada de consciência aguda da consagração cristã. É um doar-se plenamente ao serviço dos irmãos, num processo permanente e renovado de busca e conversão. Reconhecemos que existe um chamado e um dom especial do Senhor para vivermos esta vida. Nem por isso a resposta será menos difícil e o comprometimento menos exigente. Seja por limitações humanas, seja por deficiência e estruturas que nos enlaçam, o serviço aos irmãos reveste-se de racionalizações subtis ou até escandalosas, sem nos escandalizar. O serviço deve revelar-se através de mediações concretas e eficientes, do contrário se torna estéril e desprezível. Povos que vivem no Terceiro Mundo, carentes de comida, de vestes, de escolas, de casa, de saúde, de liberdade, de justiça são o próximo mais próximo do serviço dos religiosos. Jesus Cristo é nosso modelo? Foi ele quem disse: "Vim para os doentes, não para os que têm saúde". Estamos

diante de um desafio? Não o negamos. "A pergunta fundamental que deve orientar-nos é esta: Como anunciar hoje aos homens nossos irmãos o amor de Deus, nosso Pai, num contexto de subnutrição, analfabetismo, dependência econômica, marginalização política, desemprego ou salários injustos?"

CLAR, Vida religiosa e compromisso sócio-político". Ou como o Papa Paulo VI, na **Evangelica Testificatio, 17-18:** "O grito dos pobres proíbe-nos comprometermos com a injustiça social, obriga-nos a despertar as consciências perante o drama da miséria e as exigências justiça social do Evangelho e da Igreja, leva alguns a compartilhar suas pungentes ânsias, convida inúmeros Institutos a mudar, colocando algumas de suas obras a serviço dos pobres, impõe austeridade e pobreza de vida". O religioso não pode ser uma pessoa amorfa e descolorida na mediocridade de uma vida compromissada com separatismos classistas, compactuando com atitudes ou estruturas de dominação.

O religioso, por sua intrínseca vocação de cristão e por sua consciente vida, é uma pessoa que procura não se comprometer com qualquer tipo de dominação do homem. É denunciador do mal e da injustiça e anunciador profético da libertação, da fraternidade, da comunhão, do amor; em nível pessoal e, quanto possível, em nível de estruturas. Nesta missão gastaremos a vida, pois se trata de um processo constante de conversão ao Senhor.

Oferecemos aos Leitores de **CONVERGÊNCIA**, uma reflexão do **Pe. Carlos Palmés, SJ**, que se constitui uma análise franca e profundamente cristã da atitude do religioso face à dura realidade do povo latino-americano. É o esforço leal de uma organização — **CLAR** — de pensar criticamente, de ajudar as comunidades a serem focos de irradiação de esperança, de libertação e ressurreição. Nem tudo foi êxito, como sói acontecer com os empreendimentos humanos; mas quero ser confiante

que a partir deste exemplo, nossas províncias e empreendimentos possam haurir inspiração.

Dom Timóteo Amoroso Anastácio, OSB, dá seqüência ao tema anterior, centralizando a atenção sobre o compromisso do religioso de ser promotor da justiça e defensor do pobre.

Dom Ovidio Pérez, como bispo, sublinha o serviço que os religiosos representam para a Igreja de nosso continente.

Irmã Vilma Moreira da Silva, FI, mostra preocupação em descobrir e analisar como é e poderá ser a Igreja comunidade evangelizadora, em sendo comunidade ministerial. A Igreja ministerial deve visar transformar-se em comunidade de serviço.

Somos chamados a viver numa dialética constante: "As tendências da carne são a morte, mas as do Espírito são a vida e a paz" Rom 8, 6, e nesta caminhada conquistar a libertação para nós e para nossos irmãos.

Frei Constâncio Nogara, OFM

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ANUÁRIO CATÓLICO DO BRASIL / 1975

ATENÇÃO

A programação deste Anuário consta das seguintes etapas: 1.^a) **Coleta de Dados** através do envio de questionários a todas as circunscrições eclesiais e provincialados de religiosos e religiosas. Espera-se poder encerrar esta etapa na metade do ano: 30 de junho de 1976. 2.^a) **Análise dos dados e composição do Anuário**. Esta etapa ocupará a segunda metade do ano. 3.^a) Entrega

do Anuário à gráfica para sua devida publicação: início de 1977. O CERIS acaba de enviar uma correspondência a todos que ainda não responderam para lembrar a importância e urgência da devolução dos questionários devidamente preenchidos. O "caminhar juntos" é indispensável para que em breve possamos ter um novo ANUÁRIO CATÓLICO. Se ainda não enviou suas informações, faç-o agora mesmo.

VIII ENCONTRO NACIONAL DAS MADRES GERAIS BRASILEIRAS

As Madres Gerais Brasileiras, 37 e 11 Assistentes ou Conselheiras Gerais reuniram-se em Petrópolis, RJ, de 21 a 24 de abril de 1976, coordenadas pela Irmã Helena Maria Ferreira e assessoradas pelo Frei Neylor Tonin, OFM, Pe. Armando Cardoso, SJ, e Pe. Tarcísio Ariovaldo Amaral, CSSR, para o estudo e a meditação de um amplo programa.

Foram estas as Madres Gerais que estiveram participando: ALAYDE BRAGA DO CARMO, Missionárias Salesia-

nas do Imaculado Coração de Maria. ANA DE MATOS CASTILHO, Irmãs Franciscanas do Coração de Maria. ÂNGELE DETÓFULI, Irmãs Franciscanas Filhas da Divina Providência. CLEIDE TEIXEIRA BARBOSA, Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil. EDI NICOLAO, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida. EDITH MARIA ALMEIDA DE SOUZA, Missionárias de Santa Teresinha. GERALDA SOARES DA SILVA, Instituto Sagrado Coração de Jesus. IVONE DAS DORES DRUMOND, Irmãs Missionárias

de Nossa Senhora das Dores. JUDITE CAVALCANTE LIMA, Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco. LAURA DE JESUS MANUEL, Congregação das Irmãs Missionárias de Cristo Operário. MARIA AMÉLIA DE ANDRADE REIS, Irmãs de Santa Zita. MARIA APARECIDA GUIMARÃES, Missionárias de Jesus Crucificado. MARIA BERNARDETE de FIGUEIREDO, Irmãs de Nossa Senhora do Bom Conselho. MARIA CÂNDIDA PEDRA, Servas de Maria do Brasil. MARIA FELICIDADE MARTINS DE MELO, Congregação de Santa Isabel. MARIA DAS GRAÇAS MARTINS, Congregação dos Santos Anjos. MARIA HENRIQUETA NUNES LEAL, Irmãs Carmelitas da Divina Providência. MARIA INÊS DE CARVALHO, Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil. MARIA LÚCIA BARBOSA, Servas do Senhor. MARIA LÚCIA VIEIRA DA SILVA, Religiosas do Sagrado Coração de Jesus. MARIA LÚCIA COSTA, Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora. MARIA LÚCIA PACHECO, Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade. MARIA HELENA VASCONCELOS PAIVA, Servas do Coração de Jesus. MARIA MONFORT, Irmãzinhas da Imaculada Conceição. MARIA ROSÁLIA FARIAS FALCÃO, Franciscanas de Nossa Senhora do Bom Conselho. MARIA TERESA DO ESPÍRITO SANTO, Carmelitas Servas dos Pobres. MARIA VERÔNICA DOS SANTOS, Irmãs de Nossa Senhora da Glória. MARTA MARIA BRACCINI, Irmãs do Imaculado Coração de Maria. MIRTES DA SILVA GOMES, Legião de Nossa Senhora Rainha dos Corações. ODETE FREIRE, Filhas de Nossa Senhora das Graças. OLÍMPIA GAIO, Franciscanas do Apostolado Paroquial. SILVIA EYNG, Irmãs Paroquiais de São Francisco. TERESA VEISS, Francisca-

nas da Santíssima Trindade. UMBELINA SANTANA DA COSTA, Irmãs de Jesus Adolescente. VALDELÍCIA MARTINS DA SILVA, Congregação de Santa Teresinha. YOLANDA BITTENCOURT BOMBINHO, Congregação de Nossa Senhora dos Humildes. WALKÍRIA MARIA RODRIGUES, Servas da Sagrada Família.

Uma apreciação

O aspecto positivo do encontro foi de grande relevo. Constatou-se certo entusiasmo através das informações. O encontro foi objetivo e enriquecedor. Como fatores preponderantes, contribuíram para o destaque, a união e fraternidade existentes entre todos os membros, bem fundamentada na oração da manhã e da tarde e nas celebrações eucarísticas.

Dal a troca de experiências e enriquecimento mútuo entre as Congregações participantes, um maior encontro pessoal, excelente entrosamento, tendo para isso contribuído o horário mais livre e bem organizado. Não se pode esquecer a amizade reinante, a boa vontade, o ambiente calmo, uma série de condicionamentos que proporcionou à turma uma boa participação e comunicabilidade. As Madres consideraram muito válido o tema OBEDIÊNCIA E AUTORIDADE, bem explorado. Proporcionou esclarecimentos e pistas orientadoras para a formação permanente. A atuação das coordenadoras — Irmã Helena Maria Ferreira e Irmã Maria Aparecida Guimarães — comunicou interesse e animação para o trabalho de grupos e de plenários.

Sugestões para 1977

Dois pontos principais se destacaram como sugestões para 1977: 1.º) Que a realização no próximo ano deste Encontro Nacional seja um ou dois dias antes da Assembléia Geral da CRB, já programada para julho de 1977. 2.º) Que os Encontros das Superiores Gerais sejam organizados por região e com a participação do Conselho Geral todo ou em parte.

NOSSAS PUBLICAÇÕES

Saiu um novo livro da Coleção Vida Religiosa/Temas Atuais, ccedição CRB/VOZES: **Comunidades Religiosas e Missão Apostólica**, do Irmão Aleixo Maria Autran, FMS. Ano 1976. Páginas 80. Cr\$ 15,00. Adquira na sua Regional da CRB, ou nas Lojas das Edições Paulinas, ou nas Lojas da Editora Vozes, ou peça à CRB NACIONAL.

Continuando a série de estudos sobre a vida religiosa na atualidade, este novo volume da coleção aborda o relacionamento do estado religioso com a missão evangelizadora de Cristo e da Igreja.

O desenvolvimento esquemático da obra obedece à linha lógica de algumas

perguntas fundamentais que o autor se põe no início. De que maneira foi crescendo e se configurando, através dos séculos, esta característica medular do projeto da Vida Religiosa? Em que termos a Igreja está acolhendo e orientando o potencial apostólico de seus numerosos religiosos? Qual a função específica, o serviço próprio das comunidades religiosas na tarefa da evangelização do mundo de hoje e de amanhã?

A estas perguntas correspondem três capítulos que constituem o corpo essencial do presente estudo: A vida apostólica na evolução da vida religiosa (capítulo I). O aggiornamento apostólico da vida religiosa (capítulo II). Comunidades religiosas e missão apostólica (capítulo III).

No decorrer da leitura deste volume depreende-se uma vasta gama de novos enfoques e reflexões inteligentes sobre a vida religiosa que lhe conferem as características de um pequeno tratado teórico e atualizado sobre o assunto e, ao mesmo tempo, o calor íntimo de uma meditação entusiástica e profunda, capaz de levar as almas religiosas a novas motivações para uma mais intensa participação na missão apostólica da Igreja no mundo atual.

Não deixe de comprar e de ler.

VICE-PRESIDENTE DA CRB NOVO BISPO AUXILIAR DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

Pe. Luciano Pedro Mendes de Almeida, SJ, Vice-Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, foi eleito bispo titular de Torre de Proconsular e

Auxiliar de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo e sagrado dia 2 de maio, às 17 horas, na Catedral Metropolitana por Dom Paulo

Evaristo. Mais um Diretor Nacional da CRB chamado a servir a Igreja na ordem do Episcopado.

Dom Luciano nasceu no Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Santo Inácio, dos Padres Jesuítas. Em 1947, entrou para a Companhia de Jesus. Formou-se em Filosofia na Faculdade Nossa Senhora Medianeira, de Nova Friburgo, RJ, laureando-se mais tarde na Gregoriana, em Roma. Fez os estudos de Teologia também na Pontifícia Universidade Gregoriana. Ordenado a 5 de junho de 1958, trabalhou no Pontifício Colégio Pio Brasileiro de Roma e, em seguida, na França.

De volta ao Brasil, lecionou em Nova Friburgo e nas Faculdades Anchieta de São Paulo. De 1965 até 1969 foi Delegado Interprovincial do Superior Geral, Pe. Pedro Arrupe, para o Brasil. Durante três anos participou dos trabalhos Gerais da Companhia, em Roma. Para esta XXXII Congregação Geral, em 1974, foi eleito Secretário. Foi, por vários anos, responsável pelo Ano de Espiritualidade (Terceira Provação) para os sacerdotes jesuítas do Brasil. Incansável e, sobretudo, apreciadíssimo pregador de retiros e dias de oração para o Episcopado, para o clero e para os religiosos. Na X Assembléia Geral de

1974 foi eleito Diretor Vice-Presidente da CRB-Nacional.

Deu grande colaboração à CRB-Regional de São Paulo, sobretudo como membro de sua Comissão Representativa. Deve-lhe muito o Documento "Vi-de preparação da XXXII Congregação da Religiosa e Igreja Particular" do Regional Sul I e da Regional da CRB-São Paulo. Muito contribuiu também para a configuração do CETESP e de sua programação.

Quem o conhece pessoalmente, com facilidade descobre nele traços relevantes de simplicidade, de formação intelectual, de bondade a toda prova, de acolhimento, de serviço, de autenticidade, sem distinção de pessoas. Cada um que o conhece sente-se um pouco dono de sua pessoa. Isto explica a Catedral Metropolitana lotada na tarde de 2 de maio, aqueles 22 bispos consagrantes, aqueles 120 sacerdotes concelebrantes, bem como a bela missa celebrada no Rio na noite de 4 de maio.

CONVERGÊNCIA, n.º 85, setembro de 1975, páginas 389-390, dá uma relação dos 8 diretores da Conferência dos Religiosos do Brasil, eleitos bispos, em 1974 e 1975, com seus dados biográficos.

ASSEMBLÉIA DOS SUPERIORES MAIORES FRANCISCANOS

De 27 a 30 de abril de 1976 reuniram-se em Petrópolis, RJ, representantes de 117 circunscrições franciscanas, masculinas e femininas, de todo o Brasil. A Assembléia realiza-se de três em três anos, com o objetivo de aprofundar e atualizar o ideal de fraternidade

de São Francisco de Assis. A organização que congrega todas as famílias franciscanas — CEFEPAL — mantém um curso permanente, com duração de um ano, em Petrópolis, visando aprofundar o carisma dos respectivos fundadores. No encerramento esteve pre-

sente o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, concelebrando com grande número de sacerdotes. Na oportunidade fez-se referência aos 750 anos da morte de São Francisco e a várias datas comemorativas da Editora Vozes. No final da celebração leu-se a seguinte mensagem:

“Os Franciscanos do Brasil, inspirados na mensagem dos quatro Ministros Gerais das respectivas Ordens, evocando a data dos 750 anos da morte de São Francisco de Assis, reuniram-se em Assembléia Extraordinária, de 27 a 30 de abril de 1976, na cidade de Petrópolis, através de seus superiores de todos os ramos da Família Franciscana, com a finalidade de incentivar,

em todas as regiões do Brasil, a reanimação do espírito transformante de São Francisco.

“Convencidos de que os valores mais ansiosamente desejados pelo homem contemporâneo encontram-se no espírito original do franciscanismo, propõem-se celebrar sob as mais variadas formas, esta data comemorativa e assumir gestos concretos que tentem repetir os passos de São Francisco no meio da sociedade de hoje. Nesta missa solene de encerramento da Assembléia, com a bênção dos Padres Ministros Gerais, proclamamos oficialmente abertura do Ano Santo Franciscano para o Brasil”.

CRB - 1977

XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA

Desde janeiro deste ano, com um ano e meio de antecedência, a CRB está preparando já a Assembléia Geral de 77. Vamos concluir brevemente a fase de sondagem sobre o TEMA CENTRAL. Os leitores de CONVERGÊNCIA e todos os Religiosos e Religiosas do Brasil terão prazer, por certo, em conhecer desde agora alguma coisa a respeito. Apresentamos-lhe o texto da Circular 022/76, de 12.04.76, enviada a todos os Superiores Maiores do Brasil. Numa linha ainda de consulta, ela representa já um bom caminho feito. No âmbito de sua Província e de sua Regional/CRB, dê também a sua colaboração. Participe desde já neste CAMINHAR JUNTOS.

1. OBJETIVO DA PRESENTE CIRCULAR

Consulta da Diretoria Nacional da CRB aos Superiores Maiores Religiosos, membros natos da Assembléia Geral, sobre o TEMA CENTRAL da mesma.

2. TEMA CENTRAL SUGERIDO

A realidade do Brasil hoje e a presença dos Religiosos nela.

3. ORIGEM DA SUGESTÃO DESTE TEMA CENTRAL

Progressiva decantação de sugestões que nos vieram de diversas procedências e foram sucessivamente analisadas:

- 3.1. No Encontro Anual da Diretoria e Executivo Nacional da CRB com os Presidentes e Executivos Regionais, de 18 a 24.02.76.
- 3.2. Na Equipe de Reflexão Teológica da CRB/Nacional, em reunião de 05.3.76.
- 3.3. Nas Reuniões ordinárias da Diretoria Nacional da CRB, a 25.02 e 07.04.76.

4. MOTIVAÇÃO PARA O TEMA CENTRAL SUGERIDO

- 4.1. A constatação geral de pouca informação dos Religiosos e Religiosas a respeito da REALIDADE nossa, seja em termos nacionais, seja eclesiais.
- 4.2. A pouca incidência destes dados de REALIDADE sobre as opções de presença e ação dos(as) Religiosos(as) na concreta realidade eclesial-pastoral do Brasil.
- 4.3. A sensível desorientação e fragmentação de esforços de não poucos(as) religiosos(as) que, no entanto, empreendem uma renovação e qualificação de sua presença e ação, fruto, porém, de boa vontade e iniciativa isolada e, não raro, imediatista.

5. POSSÍVEL DESENVOLVIMENTO DO TEMA

- 5.1. Estudar os traços dominantes do Brasil de hoje, sob o ângulo cultural, social, político e econômico.
- 5.2. Estudar os traços dominantes da realidade eclesial no Brasil, sob o ângulo da dimensão religiosa do povo e das atuais prioridades do Episcopado Nacional (CNBB) para esta realidade.
- 5.3. Estudar e avaliar a índole e qualidade de presença dos(as) Religiosos(as) no contexto desta REALIDADE DO BRASIL HOJE.

6. POSSÍVEL DINÂMICA

A. De preparação:

- 6.1. Através de roteiros de análise, convidar os Superiores Maiores do Brasil a aprofundar, de julho 76 a julho 77, os aspectos mais fundamentais desta REALIDADE.
- 6.2. Ajudar no mesmo sentido as Comunidades Religiosas Locais.
- 6.3. Não se trata de criar programas novos e alterar cronogramas, mas de fazer presente este enfoque no que já está programado: reuniões de comunidades, de província, encontros, cursos.
- 6.4. Avivar igualmente este aspecto na programação prevista das diversas Regionais da CRB no Brasil.
- 6.5. Contribuir assim para melhor informação e para a formação de uma consciência crítica na avaliação de nossa presença e ação como Religiosos(as) neste contexto de Brasil hoje, como Nação e Igreja.

B. De realização:

- 6.6. Fomentar na Assembléia o trabalho integrado de grupos regionais e intercongregacionais numa perspectiva concreta de informação e avaliação.
- 6.7. Ter à disposição assessores qualificados no âmbito do conhecimento da realidade do Brasil, como Nação e como Igreja, que esclareçam, completem, ressaltem, sublinhem, interpretem, ajudem.
- 6.8. Chegar por nós mesmos, progressiva e seletivamente, a algumas prioridades que **NOS PROPONHAMOS A NÓS MESMOS** e **ASSUMAMOS** de modo definido e realístico como **OBJETIVOS COMUNS** dos Religiosos e Religiosas no Brasil, para o próximo triênio, 1977-1980.
- 6.9. Estudar a transferência de tais **OBJETIVOS COMUNS** para as perspectivas concretas em nível de Congregação e de Província.

7. ENFOQUE SUGERIDO NA ABORDAGEM DO TEMA CENTRAL

Dupla dimensão de análise:

- 7.1. Constatação fenomenológica dos aspectos principais de nossa realidade de Brasil hoje, como Nação e como Igreja.
- 7.2. Tentativa de interpretação objetiva dos dados e fenômenos.

NÃO com a finalidade de elaborar pronunciamentos, documentos, manifestos, declarações ou coisas análogas, de dentro para fora, isto é, de nós Religiosos(as) com relação a outros agentes nesta realidade: Bispos, Governo, Povo.

SIM com a intenção de ponderar e avaliar criticamente a **NÓS MESMOS** neste contexto, partindo de dados e fatos, de possibilidades e viabilidades, proporcionadas **AO QUE SOMOS** e **PODEMOS FAZER**. Um questionamento a **NÓS MESMOS**. Uma tomada de posição sobre **NÓS MESMOS**.

Diante desta dupla dimensão de análise:

- 7.3. Tentar situar de modo **claro e definido** a índole de nossa presença como Religiosos(as) em **face do duplo desafio**:
 - O da pura **secularização** traduzida no esvaziamento progressivo de toda e qualquer distinção entre religiosos e leigos, em termos de vida e ação.
 - O da mera **clericalização** traduzida na crescente absorção dos(as) Religiosos(as) por um enfoque exclusivamente clerical da ação pastoral.

8. CONTINUIDADE EM ORDEM AO OBJETIVO NO TEMA CENTRAL PROPOSTO

Está dada na sequência dos números 4, 5.3, 6.5, 6.8, 6.9, 7.2, e 7.3.

9. ESCOPO DA CONSULTA

9.1. Trata-se de uma **consulta**. O tema não está fixado, mas apenas sugerido. Sua alteração ou fixação dependerá dos Superiores Maiores.

9.2. Está em questão, portanto, toda uma dimensão de **corresponsabilidade**.

SUA COLABORAÇÃO DESDE JÁ

- ◆ Estude, por obséquio, com seu Conselho Provincial, a oportunidade e sentido deste tema, focalizado como indicado acima. Dedique a isto um pouco de tempo, para o bem dos Religiosos na Igreja no Brasil.
- ◆ **ATÉ O DIA 30 DE JUNHO**, comunique-nos suas reflexões, observações, sugestões, correções, perspectivas quanto ao tema, dinâmica e enfoque.
- ◆ Envie por escrito, em duas vias, a este endereço: **CRB/NACIONAL (AGO) Rua Dom Gerardo, 40/6.º andar, ZC-05 - 20000 - RIO DE JANEIRO — RJ.**

Recordo-lhe que esta AGO é também eletiva. Será interessante que desde já, com seu Conselho Provincial e em contato com outros Superiores Maiores, vá amadurecendo **nomes de pessoas** que podem ser viavelmente indicados à AGO, para preencher os cargos da Diretoria Nacional da CRB. Agradeço-lhe a colaboração e formulo os melhores votos de uma Santa Páscoa.

PE. MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ
Presidente Nacional da CRB

SER RELIGIOSO HOJE É UM DESAFIO

Informe do Presidente da CLAR,
Pe. Carlos Palmés, SJ,
na VI Assembléia Geral

I. Aprofundando a reflexão

Como todos sabem, a CLAR pretende acompanhar os religiosos da América Latina em seu crescimento. Não é uma instituição que está acima ou ao lado das Conferências Nacionais de Religiosos, mas é um organismo com o mínimo de setores, que deseja servir a todos os religiosos em íntima conexão com suas respectivas organizações nacionais. Estes serviços foram prestados mediante a ação, os contatos pessoais dos diretores da CLAR com as Conferências, a assistência às Assembléias Nacionais, aos encontros e cursos, e ainda propiciando uma reflexão que leva à vivificação de nossa vida religiosa.

Creio que a nota mais característica da CLAR, nestes últimos anos,

foi a intensidade que deu à reflexão em suas formas diversas: publicações, seminários, reuniões de teólogos, encontros e convivências em diversos países, reuniões de coordenação. De fato, pensamos que a reflexão para formar um sentido crítico, para o discernimento espiritual, para a animação e renovação da vida religiosa, precisa ser o primeiro compromisso da CLAR.

No momento em que alguns modelos e algumas estruturas de vida religiosa foram desaparecendo por inaptos, torna-se indispensável tomar consciência da nova situação e buscar juntos o modo de traduzir nosso carisma hoje. Farei uma breve referência aos principais esforços realizados neste campo e exporei os critérios pelos quais procuramos nos reger.

1. Seminário de renovação

Os seminários para Superiores Maiores e Formadores se sucederam periodicamente para atender a uma crescente demanda. Duram, mais ou menos, cinco semanas e se baseiam num método ativo de busca em comum. A constatação da realidade latino-americana, a reflexão teológica, antropológica e psicológica, a programação realista, são diversas etapas do seminário que levam a descobrir os valores fundamentais de nossa vocação, a criar um clima de fraternidade e um dinamismo de renovação.

Em 1974, o círculo dos participantes foi ampliado quando organizamos um seminário para religiosos das bases e, outro, para Superiores Maiores com especial convite aos Superiores Gerais. Ambos tiveram grande aceitação e excelentes resultados.

Como se desejava, os Seminários Internacionais da CLAR geraram outros em níveis nacionais e regional, nos quais as Conferências Nacionais de Religiosos assumiram a responsabilidade da organização com o assessoramento e participação de alguns membros da equipe da CLAR. Cremos que a aceitação destes seminários e o fruto obtido são uma prova de que eles correspondem a uma necessidade real da vida religiosa latino-americana.

2. Equipe de teólogos

Desempenhou um papel decisivo no campo da reflexão. Foi acompanhando as atividades da CLAR, auscultando as inquietudes que iam surgindo, para descobrir suas implica-

ções teológicas. Em suas diversas reuniões estudaram a missão concreta da CLAR, o papel profético da vida religiosa na América Latina, a inserção do religioso na Igreja local e sua relação com a hierarquia, as novas perspectivas do Documento de Medellín no capítulo referente à vida religiosa.

No Segundo Encontro Latino-Americano de Religiosos, em Bogotá, e em outras reuniões realizadas com religiosos dos Estados Unidos e do Canadá, os trabalhos de nossos teólogos foram muito bem recebidos entre alguns membros da hierarquia de algumas nações latino-americanas, mas em contraposição, certas expressões suscitaram algumas reservas, o que parece indicar diversidade de perspectiva na concepção de Igreja.

3. As publicações

Os folhetos oficiais da CLAR, o boletim, os estudos do grupo de teólogos ou de autores particulares, provavelmente são os meios que mais influenciam na renovação dos religiosos do continente. De modo especial, os estudos que se preparam com a participação das Conferências Nacionais que criticam e oferecem suas contribuições, primeiro, a um esquema elementar e ao documento de trabalho. Durante mais de um ano, há um intercâmbio muito enriquecedor e, por fim, se publica um texto que é difundido entre todos os religiosos. Ultimamente estão sendo incrementadas e melhoradas as publicações da CLAR, embora não estejamos satisfeitos ainda com a difusão alcançada.

4. O risco de enfrentar problemas vitais

O critério que nos moveu a escolher certos temas para estudo, de preferência a outros, é o de enfrentar os problemas reais dos religiosos sem nos perder em demasiadas especulações e procurando dar às nossas reflexões um tom inteligível e prático.

A CLAR precisa estar atenta às novas situações que criam, em grandes grupos de religiosos, inquietudes, perplexidades, atitudes de audácia e de rejeição, para detectar nelas uma palavra viva de Deus e para assumir juntos a responsabilidade de dar uma resposta válida, de acordo com a nossa missão peculiar na Igreja.

Enfrentar problemas reais traz riscos, pois muitos tomam posições agressivas ou defensivas e facilmente se ofusca a luz fontal da inspiração primeira por não se saber manter distâncias das realizações concretas protegidas por cargas afetivas. Creemos que não fugir dos problemas verdadeiros dos religiosos, à medida que constituem para eles uma nova interpelação, é uma das missões mais importantes da CLAR e um termômetro para medir sua vitalidade. Por esta mesma razão, a CLAR tem uma missão profética de ajudar os religiosos da América Latina a ser lógicos e conseqüentes.

É um fato facilmente comprovável que a maioria dos homens da Igreja — jerarquia, sacerdotes, religiosos e leigos comprometidos — aceitam o Concílio Vaticano II e Medellín, porém muitos deles aceitam apenas numa ordem teórica e resistem a aceitar suas conseqüências concretas.

Por exemplo: quase todos admitem que temos de viver uma espiritualidade de maior encarnação, que não podemos separar a fé do compromisso de trabalhar pela justiça, que estamos num momento de profundas mudanças e que a vida religiosa deve se adaptar às novas circunstâncias, etc. Porém, quando chega o momento de aplicar estes e outros princípios, de examinar a proporção em que trabalhamos com ricos e pobres, de rever nossas obras para transformá-las, ou suprimi-las ou criar outras novas, começam as explicações e a lentidão da prudência humana que busca tranquilizar a consciência, respondendo às novas exigências de Deus, de tal maneira que não tenha de mudar nada.

A isto se acrescenta que muitas pessoas que sentem sua responsabilidade na Igreja, talvez impressionadas pelo número de defecções ou pelo resultado negativo de certas experiências, tendem a refugiar-se nas seguranças de antes. Facilmente caem na tentação de frear toda renovação que suponha algum risco. Por isso permitem apenas mudanças superficiais e aparentes que distanciam cada vez mais a vida religiosa da realidade circundante e preparam crises futuras mais explosivas e menos controláveis. Cf. A. A., 3.

Ao abordar os problemas reais na medida em que se apresentam, a CLAR busca ajudar os religiosos a ser conseqüentes com os princípios teóricos e a estabelecer as condições necessárias para lograr o êxito na mudança. É um processo doloroso, no qual nem sempre se acerta, mas inteiramente indispensável para uma verdadeira renovação.

Pelo que já se disse, verifica-se, mesmo quando se abordam os verdadeiros problemas dos religiosos, seria fácil fazê-lo de maneira que não suscitasse nenhuma oposição. Bastaria ficar no campo da abstração. Mas assim não estariam sendo justificados nem os gastos nem as energias empregadas. Nem tampouco corresponderíamos às expectativas dos religiosos que já se sentem cansados de palavras sonoras e de declarações de princípios.

5. A voz dos religiosos na Igreja

A propósito de nossas publicações, e com um sentido mais amplo que afeta toda a nossa atividade, queremos abordar, com toda sinceridade, um tema que também foi objeto de reflexão do Plenário das Sagradas Congregações para os Bispos e Religiosos e na reunião dos Bispos da Europa: a possibilidade de se fazer ouvir na Igreja outras vozes distintas da voz oficial da hierarquia e o perigo que constitui um magistério paralelo. Concretamente, em alguns ambientes eclesiais se repetia, como um **slogan**, o temor de que a CLAR chegasse a se constituir um magistério paralelo ao dos Bispos na América Latina.

Não se pode tratar deste assunto sem enquadrá-lo no fundamento teológico que supõe a nova visão de Igreja da qual partimos e que cremos ser a visão de Igreja que apresenta o Concílio Vaticano II. A Igreja não muda em seus elementos básicos que a constituem, porém, ao acentuar, de acordo com as circunstâncias, este ou aquele de seus elementos, faz com se troque de perspectiva.

Em tempos passados, o acento estava na hierarquia, na ortodoxia, nas notas características da Igreja, porque era urgente tomar uma atitude apologética. O Vaticano II introduziu uma mudança, acentuando o Povo de Deus como realidade global, na qual se distinguem as diversas funções e os diversos carismas. Sendo todos Povo de Deus, existe uma autêntica igualdade entre todos quanto à dignidade e à ação comum a todos os fiéis em ordem à edificação do Corpo de Cristo (LG, 32). Só há uma missão salvífica, a de Cristo, da qual todos participam (LG, 3, 17). Dentro deste Povo de Deus e, num segundo momento, se verifica uma diversidade de função e de carismas. Cada membro deve cumprir sua vocação peculiar como parte dinâmica de um corpo vivo (LG 7, 13).

Todos os membros devem estar intimamente unidos entre si com a caridade que dimana de Cristo, reproduzindo assim na terra a comunhão com o Pai que nos ama em seu Filho e nos entrega o seu Espírito. Nesta comunhão com Deus e com os irmãos é que o homem encontra a suprema realização de sua existência. A Igreja, sacramento de unidade, quer ser o lugar privilegiado onde a comunhão de amor com o Pai e com os irmãos faz a sua epifania. De modo que, frente ao mundo, a Igreja pode apresentar como característica dos discípulos de Cristo, o testemunho do amor cristão. Ela é, antes de tudo, povo escolhido, família de Deus, na qual cada um dos irmãos foi chamado a uma vocação particular para crescer na caridade e para contribuir alegremente para o crescimento dos de-

mais até chegar juntos à plenitude da idade de Cristo.

Dentro do Povo de Deus há uma vocação de capital importância, a vocação de ser princípio de unidade, que é a vocação própria do bispo. O bispo tem um poder sagrado recebido de Cristo para servir a seus irmãos na Igreja (LG, 18). À hierarquia compete julgar a autenticidade e o exercício razoável dos carismas (LG, 12). Ao bispo pertence a direção e a coordenação da Pastoral para integrar a variedade das vocações e ministérios numa única missão salvífica de toda a Igreja (CD, 11, 17). É também próprio da hierarquia assistir com sua autoridade vigilante e protetora os Institutos religiosos (LG, 45). Tudo isto leva a hierarquia a buscar uma unidade baseada numa admirável variedade (LG, 32).

Em todo este compromisso, fundamentado numa nova visão de Igreja, o principal empenho do pastor há de ser que as ovelhas tenham vida abundante. Pelo que diz respeito aos carismas, d e v e r á cuidadosamente procurar não sufocar o Espírito (LG, 12) e ajudar a avançar na santidade todos os membros da Igreja, de acordo com a peculiar vocação de cada um (CD, 15). A assistência com sua autoridade será com a finalidade de que cresçam e floresçam segundo o espírito de seus fundadores.

Também dentro do Povo de Deus, o religioso tem uma vocação própria e, de sentido eclesial, a missão de viver radicalmente e em comunidade o sentido escatológico da vida cristã. Isto sublinha o papel profético da vida religiosa, especialmente num momento de mudança e de renovação.

Os religiosos deverão distinguir-se pelo empenho em contribuir para a unidade de todo o Povo de Deus em torno de seus pastores. Unidade baseada não em equilibrismos nem em concessões que acarretam a perda da identidade, mas no cumprimento fiel de sua missão dentro de uma ampla perspectiva de Igreja.

Bispos e religiosos, todos têm seu papel que exige o mútuo reconhecimento das funções próprias dentro do corpo total. Cada parte contribui com seus dons próprios e todas as partes "se comunicam e têm sua plenitude na unidade" (LG, 13). E ainda mais, a vinculação entre si é uma recíproca necessidade (LG, 32). Os religiosos necessitam dos bispos e estes dos religiosos.

Seria uma simplificação inaceitável pretender resolver os conflitos nascidos da diversidade dos papéis, por parte dos religiosos, recorrendo à total presidência dos bispos e, por parte dos bispos, usando seu poder para impor a uniformidade ou para silenciar as vozes distintas das suas.

Dentro desta perspectiva de Igreja que apresentamos ressalta a importância que tem cada membro do Povo de Deus poder desenvolver plenamente sua vocação e poder fazer escutar sua voz. Interessa-nos no momento insistir especialmente na palavra profética que os religiosos são chamados a pronunciar.

O Senhor concedeu à sua Igreja o dom do magistério hierárquico que oferece a todos os fiéis uma segurança doutrinal no tocante à fé e aos costumes (LG, 25). E especialmente em momentos críticos, sua voz é uma garantia de acerto. Porém, também a vocação carismática dos religiosos é um dom de Deus à sua

Igreja (LG, 44). E a fidelidade à nossa missão inclui a obrigação de fazer ouvir a nossa voz.

a) Em primeiro lugar, consideraremos nosso carisma de consagração a Deus e de serviço aos demais, em si mesmo.

As mudanças dentro da vida religiosa, a queda de muitas estruturas protetoras, a espiritualidade de encarnação e de compromisso trazida pelo Concílio, o clamor profético do episcopado latino-americano em Medellín e, sobretudo, a nova situação social, política, cultural, religiosa da América Latina, deixaram a nós religiosos sem pontos adequados de referência em que nos apoiar.

É indispensável a união de todos para se buscar juntos. As situações novas nos obrigaram a todos, a percorrer tateando novos caminhos, a arriscar-nos em novas experiências e realizações inseguras, a deixar ou a transformar obras que já não respondiam mais às necessidades de hoje. Necessitamos comunicar os resultados, estudar as condições, refletir sobre o modo de traduzir em concreto nosso carisma numa linguagem inteligível e de impacto para o homem atual.

Esta tarefa deverá ser realizada por nós, não apenas nos aspectos da vida religiosa que estão dentro de casa — oração, comunidade, pobreza — mas também no que toca ao apostolado. Consagração-reserva e consagração-missão são duas faces de uma mesma vocação. Nos institutos religiosos, o apostolado pertence à natureza mesma da vida consagrada; nasce da mesma entrega a Deus; é algo intrínseco ao carisma vocacional, visto que a consagração

peculiar da vida religiosa, tem as suas raízes na consagração batismal. Todo cristão, pelo fato de ser batizado, tem uma vocação apostólica (A,3; LG, 33).

O religioso, especialmente de vida ativa, foi chamado a viver sua consagração batismal num modo específico de proclamar a mensagem evangélica, seja atendendo a certas necessidades espirituais, seja dedicando a determinados setores da população, seja trabalhando na promoção ou na beneficência, etc. Este modo de evangelizar é parte constitutiva do mesmo ser da vocação religiosa. Frente a cada nova situação, apresentará novas expressões. Nesta linha, as mudanças adequadas serão um sinal de autenticidade, enquanto que o imobilismo seria infidelidade ao carisma.

Quando se apresentam estas novas circunstâncias, quem deverá tomar a iniciativa de mudar, de adaptar-se ou de continuar como sempre? Claro que deve ser aqueles mesmos que vivem o carisma. Estes devem revisá-lo e determinar como hão de responder à nova situação, sem perder sua identidade e de acordo com o que foi a inspiração primeira do fundador. Tendo sempre em consideração, o juízo de autenticidade e a coordenação pastoral da jerarquia.

Aceitar este princípio implica aceitar a obrigação que têm os religiosos de conhecer e examinar a situação de seu ambiente e discernir se tal situação exige uma mudança no enfoque de seu apostolado ou se há de conservar ou suprimir algumas obras próprias, ou se há de colaborar ou não em tais aspectos da pastoral.

Este discernimento coletivo não se realizaria se não houvesse possibilidade de se expressar publicamente, comunicar inquietudes e experiências, chegar a encontrar linhas de coincidências, sem nenhuma intenção de exercer um magistério oficial nem de comunicar conclusões definitivas, mas com o desejo de expressar nossa palavra original do ponto de vista de religiosos. Se somos autênticos, em qualquer ocasião, sobre os mesmos temas, diremos a mesma palavra, embora um pouco distinta daquela que dirão os demais membros do Povo de Deus.

b) Em segundo lugar, olhando não mais para o carisma em si mesmo, mas para o papel que o religioso tem na Igreja, cremos que ele precisa cumprir sua missão, do mesmo modo que os bispos e sacerdotes e os leigos haverão de cumprir a própria. O religioso tem um papel no meio do Povo de Deus. O papel de dar um testemunho da cidade de Deus vivendo com maior intensidade o aspecto escatológico do cristianismo, Medellín, 12, 2.

Em seu papel peculiar, nenhum outro membro da Igreja pode suprir o religioso. Se o religioso para evitar conflitos e inquietudes, não dá seu testemunho evangélico ou não diz sua palavra profética no momento oportuno, peca por omissão, refugiando-se na comodidade de prudentes evasivas.

A vocação religiosa inclui uma especial sensibilidade para captar os sinais dos tempos e a capacidade de descobrir nos acontecimentos ordinários, nas crises e mudanças atuais, uma palavra viva de Deus. O anúncio profético do religioso

consiste em fazer o mundo transparente, descobrindo a presença dinâmica de Deus na história humana para convertê-la em história salvífica. É uma análise transcendente que descobre as correntes profundas da realidade presente, para além das aparências superficiais e das realizações imediatas.

Esta análise transcendente se converte também numa crítica e numa denúncia das pretensões de absolutização do relativo, da mundanização da Igreja quando cai no abuso do poder ou na esclerose do imobilismo. Falando dos leigos, o Concílio (LG, 37) afirma que eles "têm a faculdade e, às vezes, o dever de expor seu parecer sobre assuntos concernentes ao bem da Igreja" e recomenda que se lhes dê liberdade e oportunidade para atuar e que se lhes anime a empreender obras de própria iniciativa. Com não menor razão, os religiosos deverão expressar seu parecer e ter liberdade para atuar (LG, 33; AA, 3; GS, 62).

Se alguma vez não se escutar a nossa voz será indício de que chegamos ao conformismo. O sal perdeu seu sabor; confundiu-se a obediência com a passividade ou com a submissão irresponsável baseada na ambiguidade ou em diplomacias antievangélicas. Pretender a uniformidade em razão do bem comum, equivaleria a sufocar o Espírito. Seria como que suprimir as vozes de um coro polifônico para que não servissem de fundo e de cortina musical à melodia do solista. A Igreja estaria sendo privada das harmonias da unidade no pluralismo (Cf. AA, 3).

c) Depois do que se disse, aparece mais claro o alcance que queremos dar aos textos publicados pela CLAR:

◆ É evidente que não queremos ensinar com a autoridade própria do magistério dos bispos. Nossa autoridade não é de ordem jerárquica, mas carismática. Não queremos nem podemos apresentar nossas reflexões como doutrina oficial do magistério. Os textos da CLAR têm apenas uma autoridade moral e, em cada caso, esta autoridade dependerá do valor que os leitores lhes atribuir. Pode ser que o estilo singelo de nossas edições, a contínua referência à situação concreta, o tomar como ponto de partida as

inquietações reais dos religiosos, etc. façam com que alguns de nossos folhetos tenham grande aceitação e penetração e isto tenha conferido à CLAR esta autoridade moral. Isto deveria ser uma satisfação para todos.

◆ De outra parte, nos documentos que publicamos, nosso cuidado foi afirmar que não pretendemos dizer a última palavra sobre o tema. Queremos somente ajudar-nos mutuamente a encontrar os caminhos novos, que exigem as novas circunstâncias. Isto consideramos não apenas como um direito, mas uma obrigação diante de Deus e da Igreja (AA, 3).

II. Busca de identidade na visão de Igreja

Outro aspecto básico da orientação dos trabalhos da CLAR nos últimos anos foi enfrentar mais decididamente a problemática da vida religiosa em sua projeção sobre a Igreja e sobre o mundo.

a) Provavelmente, como efeito da crise da vida religiosa nos primeiros anos depois do Concílio, houve uma tendência de introspecção, uma busca no seio dos institutos do sentido da própria identidade. Perderam-se muitas seguranças e sentiu-se a necessidade de encontrar a corrente profunda que dá fecundidade a toda vida de consagração e, sem a qual, todas as atividades e os compromissos resultam estéreis. Os sinais externos de identidade desapareceram, em boa parte arrastados pelo elã da renovação. Por isso se

procurou penetrar mais adentro, para além das manifestações externas, até chegar ao núcleo vital donde brotarão novas experiências de autenticidade.

A CLAR foi também sacudida por estas mesmas inquietudes. Nos estudos de reflexão teológica empreendidos, sua preocupação principal foi a insistência — não a exclusividade — naqueles aspectos que atingem o mesmo ser da vida religiosa.

O primeiro documento **Renovação e Adaptação da Vida Religiosa na América Latina** foi preparado na Assembléia Geral do México em fins de 1966. Foi uma tomada de consciência de que a vida religiosa latino-americana devia ter caracte-

rísticas próprias. Aqueles traços gerais que toda vida consagrada precisa ter, em nossa realidade, deveriam encarnar-se num estilo de vida original.

Um segundo passo foi dado quando se sentiu a necessidade de se pensar numa nova orientação da formação para uma vida religiosa renovada. A atenção se centrou no tema da pobreza, uma preocupação para todos os religiosos do mundo, mas que se tornou alucinante para os latino-americanos, quando se examina a situação da grande maioria da população. O desejo de voltar a uma pobreza mais evangélica está na linha da busca de maior autenticidade da vida religiosa em si mesma.

Dado o número de religiosas que vivem na América Latina (131.000) e os traços específicos da vida religiosa feminina, nasceu o interesse para refletir sobre o tema da religiosa hoje na América Latina a fim de identificar um estilo de vida em que a mulher religiosa se sentisse mais centrada e mais realizada em todas as suas dimensões. Finalmente, numa visão mais interior, se chegou ao documento **Vida Segundo o Espírito** que consideramos o melhor e que contém a síntese do ideal da vida religiosa que a CLAR persegue em todas as suas atividades. Foi aprovado em princípio de 1973 na Assembléia Geral de Medellín.

Como se pode observar, em todos estes textos oficiais da CLAR, se teve como objetivo principal o aprofundamento do sentido da vida religiosa como tal. A introversão não apenas foi uma etapa necessá-

ria, mas que continua sendo um meio imprescindível para fortalecer nossa identidade, sem a qual, toda solicitude pela situação do mundo ao redor e toda atividade apostólica seriam sons vazios e tambores que retinem porque ocos.

b) Nos últimos três anos, o centro de interesse da CLAR se deslocou para uma visão panorâmica da Igreja e do mundo. Embora nos documentos anteriores estivesse presente esta perspectiva, não se dava, todavia, o relevo conveniente.

Talvez pudesse nos dar prestígio dizer que desde o primeiro momento se havia programado as várias etapas da temática da reflexão da CLAR. Uma primeira, orientada para estudar a identidade; a segunda, a projeção apostólica. Não foi assim, porém. Não se fez nenhuma programação a não ser esta ir respondendo, em cada momento, às inquietações que iam surgindo entre os religiosos. Por esta razão, a constatação que fazemos agora é mais autêntica e significativa porque brota da mesma vida.

Os temas que se estudaram nesta etapa foram estes:

— A Vida Religiosa e o Compromisso Político.

— O Religioso Educador.

— As Tendências Proféticas da Vida Religiosa na América Latina.

— As Relações entre os Bispos e os Religiosos em vista a uma Melhor Integração Pastoral.

— E ainda dois temas pendentes: As Missões na América Latina e A Nova Problemática da Assistência à Saúde.

Quero ressaltar alguns aspectos destes textos porque indicam algumas linhas pelas quais a vida religiosa se orientou e a elas a CLAR dedicou sua atenção nestes últimos anos.

1. Vida Religiosa e compromisso sócio-político

É um tema muito delicado e sobre o qual os religiosos refletiram pouco. A história mostra, entretanto, que os religiosos tiveram de intervir em seu desenrolar, mas cheios de dúvidas e de perplexidades. "Nestas pistas de reflexão" busca-se a posição exata que o religioso precisa assumir frente à situação sócio-política que continuamente se apresenta em nossas nações. Todos sentem que o religioso não pode colocar-se numa situação de evasão espiritualística nem tampouco na militância de um partido. O difícil é saber como deve atuar em casos concretos sem negar a sua identidade.

As situações de injustiça interpelam a nossa fé. Partindo da fé e da consagração religiosa aparece a exigência de um compromisso neste campo da justiça. Por outro lado, iluminam-se os aspectos básicos da vida religiosa — consagração, oração, votos, comunhão fraterna, serviço apostólico — e se releva sua projeção política ao pregar vivencialmente para nossa sociedade a mensagem evangélica. Distinguem-se logo vários graus de participação e se estuda até que ponto e de que maneira o religioso pode e deve participar.

O compromisso sócio-político exige que se busquem novos fundamentos uma vez que aceitamos ter de colaborar na salvação integral do homem.

2. O Religioso Educador

A problemática educativa na América Latina repercute na pessoa do Religioso com vocação de educador. Ninguém duvida que a vocação de educador tem hoje, mais do que nunca, sua razão de ser na América Latina. Muitos educadores, entretanto, estão em dúvidas e se questionam se o seu trabalho de educador corresponde ou não às novas exigências apostólicas e às prioridades e urgências de seu país; se algumas obras tradicionais são as mais adequadas hoje; se não são também corresponsáveis pela marginalização cultural de grandes massas de camponeses e agricultores; se estão educando cristãos que serão amanhã agentes de mudanças.

Este documento quer ajudar aos religiosos educadores a fazer a integração de sua vida religiosa com sua vocação apostólica.

3. Tendências proféticas da Vida Religiosa hoje na América Latina

Pretende coletar os desejos e as realidades mais dinâmicas e significativas que se manifestam entre os religiosos. Estas tendências são um prolongamento da missão profética de alguns homens inspirados do Antigo e do Novo Testamento

e dos homens e das mulheres que fundaram ou renovaram a vida religiosa ao longo da história da Igreja.

Num momento de profundas mudanças e de situações dramáticas em nosso continente, os religiosos são convocados a anunciar um mundo justo e fraterno e a denunciar o pecado amparado por estruturas anticristãs. As novas perspectivas da vida religiosa que se apresentam são uma palavra profética com que os religiosos pretendem dizer ao mundo que a vida tem sentido e que o Senhor Jesus é a meta da história.

4. Papel das comunidades religiosas na Igreja Local

Com um ideal de Igreja e um sincero desejo de participar na Pastoral, busca-se o papel próprio do religioso nas dioceses e nas nações. Na pesquisa para estudar as relações entre os bispos e os religiosos, revelaram-se claramente certas linhas de força que assinalam os caminhos para uma autêntica integração na Pastoral de Conjunto.

As barreiras foram sendo derrubadas e os religiosos começam a pensar em dimensões eclesiais com o projeto de colaborar mais diretamente na pastoral local. Insiste-se, entretanto, repetidamente que esta colaboração deve ser prestada de acordo com o próprio carisma. Cresce, pois, a convicção de que a melhor maneira de enriquecer a Igreja Local consiste nisto: que os religiosos sejam o que devem ser e exerçam sua missão apostólica de acor-

do com seu carisma, sem deixar-se levar pelo afã de suprir necessidades imediatas. Os religiosos não podem ser meros suplentes dos sacerdotes que faltam.

Como complemento deste mesmo desejo, os religiosos convergem e coincidem no desejo de que a jerarquia, com preocupação menor de salvar a ortodoxia ou de frear novidades, estimule, promova, acompanhe positivamente a renovação da vida religiosa num ambiente de mútua confiança e cordialidade. Esta atitude manifesta que o mesmo testemunho da vida consagrada é a melhor evangelização e que o apostolado surge como uma necessidade de expressar o que se vive.

5. Releitura de Medellín

O CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) pediu à CLAR que fizesse uma revisão do Documento de Medellín no capítulo relativo aos religiosos. O grupo de teólogos expressou o que tal capítulo deveria dizer hoje se devesse ser escrito de novo. É notável a mudança de perspectivas feita nestes anos e a força com que agora se insiste na visão de Igreja e da realidade latino-americana para encontrar o sentido que a vida religiosa tem neste contexto como vivência profética do radicalismo cristão.

6. Nossa Assembléia Geral

Considerando tudo o que escrevi até agora, compreende-se porque o tema desta Assembléia Geral é o **Papel do Religioso na Igreja da América Latina**. Chegamos a ele simplesmente ao desejar descobrir a

voz do Senhor através dos sinais. Queremos tratar deste tema não como objeto de definições e conceituações exatas de ordem teológica, mas sobretudo como vivência de oração e de fraternidade. Sentimos a urgência de chegar a uma síntese vivencial entre testemunho de vida e missão. Esta visão eclesial haverá de nos oferecer uma contribuição peculiar de nossa vocação, não em vista de uma realização pessoal ou institucional individualística, mas para construção incessante da Igreja.

Esforçamo-nos em caminhar para uma Igreja "sem mancha e sem ruga". Uma Igreja em que cada membro ocupe um lugar ativamente e goze com o crescimento dos demais. Uma Igreja mais fraterna em que os religiosos não busquem isenções para se proclamarem independentes da hierarquia nem os bispos se convertam em personalidades solenes e distantes, preocupados por fazer prevalecer a própria autoridade. Uma Igreja flexível que se põe de verdade a serviço dos homens e busque aproximar-se deles, adaptando-se aos seus costumes e linguagem sem esperar que eles venham esmolar. Uma Igreja simples e humilde que lembre a simplicidade e a pobreza de Jesus de Nazaré. E sobretudo, uma Igreja Esposa e Mãe, na qual todos se sintam Filhos de Deus e irmãos entre si; que coloque como meta de suas aspirações e de suas atividades a vivência do amor; que esteja atenta às necessidades dos homens; que ame mais as pessoas que as estruturas; que busque a construção da unidade com imenso respeito aos dons com que o Espírito Santo enriqueceu cada um.

Os religiosos somos chamados a contribuir para a construção desta Igreja na América Latina, a partir da nossa vocação, que ninguém pode substituir, dando um testemunho de encarnação e de transcendência. Acima de todas as demais coisas, o que deve nos distinguir no meio do Povo de Deus, seja nossa própria vida como proclamação do Absoluto de Deus, nosso centro, nosso alfa e ômega, a razão de nossa existência. Isto nos leva a dar a primazia à experiência de Deus na vida para fazer o mundo transparente e manifestar que em Deus está a plenitude. Isto haveremos de viver, sem dicotomias, em nossa realidade existencial da América Latina.

A situação em que vive uma grande maioria de nossos irmãos que sofrem a pobreza e a fome, que estão marginalizados cultural, política, social e economicamente, que são dependentes em tudo dos mais poderosos, é uma interpelação de Deus que não nos pode deixar indiferentes e que nos obriga, como membros do Povo de Deus, a assumir posições claras em favor da justiça, ao lado dos pobres. Não apenas reconheceremos e respeitaremos os direitos de todos e especialmente dos mais indefesos, mas haveremos de os promover eficazmente, segundo as exigências da fraternidade cristã.

Ninguém tome posições apenas por razões sociológicas ou antropológicas. Nosso compromisso com o homem deriva diretamente da fé e de nossa missão apostólica no contexto da Igreja. É a nossa vocação escatológica que nos impede de instalar-nos em estruturas injustas,

antievangélicas e nos move a buscar sempre um mundo melhor e a salvação integral do homem sem deter-nos exclusivamente na promoção terrena.

III. Equipe de trabalho. Comunidade fraterna

As relações entre os Diretores da CLAR entre si e destes com as Conferências Nacionais de Religiosos se processaram num aprofundamento espiritual crescente passando de uma simpatia humana para uma comunidade fraterna fundamentada num só ideal de vida religiosa. Cada ano informo detalhadamente sobre estas relações e por isso creio desnecessário repetir agora. Quero, entretanto, assinalar um aspecto.

À medida em que nos fomos conhecendo e nos relacionando, avançamos em profundidade nesta região interior donde nascem as intuições e as vivências, onde se experimenta o amor novo expresso na consagração a Deus e aos irmãos, onde se escutam as interpelações de Deus e donde brotam os desejos de uma maior autenticidade evangélica.

Há três anos atrás, sentimos a necessidade de fazer reuniões de coordenação entre a Presidência e o Secretariado. Nestas reuniões participam: o Presidente, os três Vice-Presidentes, o Secretário Geral, a Secretária adjunta, a Subsecretária, o Coordenador de Seminários, a Responsável pelas Publicações, a Tesoureira. Reunimo-nos duas ou três vezes por ano. O objetivo não era apenas avaliar e programar as atividades, mas ainda compulsar nossos

Em nossos dias, ao refletir sobre o religioso na Igreja, não podemos nos esquecer que estes nossos irmãos são Igreja e que conhecer a Deus é realizar a justiça.

critérios e atitudes nos dias de convivência para seguir os mesmos caminhos de renovação. O resultado foi uma feliz compenetração espiritual que nos uniu numa sincera amizade no Senhor. Isto nos ajudou a constituir uma equipe de trabalho, cada qual entusiasmado em seu lugar, o que permitiu enfrentar as dificuldades vitoriosamente.

Um processo semelhante se deu nas relações entre os Diretores da CLAR e as Conferências Nacionais de Religiosos. Houve alguma conferência que, por falta de comunicação temporariamente curtiu certa desconfiança. Hoje as relações da Diretoria da CLAR com todas as Conferências Nacionais são excelentes, embora seja variado o grau de amizade, de acordo com a frequência e a intensidade dos encontros.

Em 1975, como nos anos anteriores, mantivemos muitos contatos pessoais com os religiosos de todos os países latino-americanos. Nas Assembleias Nacionais ou em outros acontecimentos importantes, quase sempre estivemos presente. Este relacionamento contribui para intensificar entre os religiosos o sentido de corpo. Há uma aproximação de enfoques e posições diante de situações novas.

Agora, por exemplo, não se duvida mais se a vida religiosa tem ou não razão de ser. Cresceu a convicção de que somos chamados a realizar uma tarefa e uma missão insubstituíveis na Igreja e que esta missão vale a pena, embora seja muito difícil cumpri-la. Aumenta a seriedade na busca. Passaram as ânsias das novidades e as reações violentas contra as estruturas anquilosadas. Hoje tudo é analisado com maior seriedade e se vão avaliando experiências que iluminam novos caminhos a seguir.

Por outra parte, tornou-se claro que na renovação da vida religiosa, não bastam reformas superficiais com as quais se pretendeu racionalizar o imobilismo. A grande massa dos religiosos da América Latina avança paulatinamente. Despertou-se a consciência de muitos frente a situação do continente e se compreendeu que nossa vida consagrada não pode estar à margem da realidade dramática em que vivem muitos de nossos irmãos. As obras estão sendo revisadas e reestruturadas; au-

menta-se o número dos que se sentem chamados a um compromisso mais realista com os pobres, seja compartilhando a sorte deles, seja olhando o mundo do ponto-de-vista de sua perspectiva.

E sobretudo, há uma revalorização da intuição evangélica que deu origem e continuidade a nossa vocação peculiar na Igreja. Não faltam, neste momento tão prometededor, quem se sente tomado de medo e quer refugiar-se nas seguranças de normas rígidas para "conservar o espírito". Isto produz decisões internas e crises explosivas, sobretudo para os jovens para quem é irrespirável o ambiente de anacronismos e minúcias.

Meus contatos pessoais me convenceram de que temos os mesmos problemas, as mesmas inquietações, as mesmas esperanças e que caminhamos juntos em direção de uma vida religiosa mais autêntica. Isto manifesta que o Espírito Santo está no meio de nós como protagonista da renovação.

O RELIGIOSO E A JUSTIÇA SOCIAL

D. Timóteo Amoroso Anastácio, OSB

Entre os desafios feitos à Vida Religiosa pelo mundo atual, sobretudo no contexto brasileiro (e latino-americano), o da Justiça Social está no centro dos questionamentos mais urgentes que o Senhor nos faz. Basta, para o sentir, abrir os olhos à abundante bibliografia produzida em nosso continente em geral, e no Brasil em particular, focalizando a dimensão sócio-política do compromisso religioso.

Para sermos leais, devemos reconhecer que as nossas tradições não nos prepararam para esse tipo de questão. E, por um compreensível paradoxo, a reconversão exigida para a resposta dos institutos a tal desafio tornou-se tanto mais difícil quanto mais conscientes somos do abnegado serviço prestado por Religiosos e Religiosas, desde os primórdios das nossas pátrias, às necessidades do povo.

O fato, porém, é que o serviço de alívio dos males do mundo e da promoção humana, efetivamente realizado por religiosos, atacava os efeitos, mas nos deixava esplendidamente desinteressados das causas. Isto parecia normal a especialistas do "espiritual", a fugitivos da "pólis" dos homens em busca da cidade de Deus. Bastava a consciência do bem e do serviço implícitos numa vida de holocausto. Ignorando **ex-professo** a mecânica social que determina grande parte da tragédia humana em nosso país e continente, não nos passaria pela mente a idéia de que a consagração religiosa inclui e postula o compromisso de participar, nas formas várias do carisma fundacional, da construção duma sociedade mais justa e mais fraterna.

Mas a verdade é que os últimos séculos abalaram uma visão cons-

truída antes das grandes transformações em curso na história. Prossegue uma revisão crítica do nosso universo cultural, conduzida por um exigente discernimento evangélico, embora ainda estejamos, de um modo geral, ausentes do esforço de mudança aplicado a estruturas sócio-políticas que estão na origem da dolorosa situação das maiorias marginalizadas.

Uma mudança cultural

Não é aqui o lugar, e me falta competência para isto, de analisar em profundidade a imensa mudança cultural por que passa o mundo, e o seu impacto positivo e negativo na vida da Igreja e, portanto, na Vida Religiosa igualmente.

Não é só a paisagem geográfica a mudar, mas, sobretudo, a paisagem sociológica, cultural, psicológica, desafiando a Igreja a repensar, como ela vem fazendo a partir do Concílio, a sua missão histórica, a nossa fé de cristãos, a nossa consagração especial de religiosos. Sentimos hoje a necessidade imperiosa de repensar a teoria e a prática da nossa fé e dos nossos votos, das nossas estruturas e da nossa mentalidade, no coração mesmo da gigantesca transformação em curso.

No plano da justiça social, que aqui nos toca, o que podemos verificar?

Uma nova consciência da Páscoa do Senhor

Nos seus meios mais vivos, não quer hoje a Igreja separar a sua confissão de Cristo dum compro-

misso concreto ao serviço dos homens. A Salvação é cada vez mais interpretada em termos de Libertação. E não é só uma questão de vocabulário.

Falar de Libertação — categoria bíblica e não conceito meramente filosófico — é tomar o homem todo em suas plenas dimensões não somente pessoais como até há pouco, mas também sociais, englobando as estruturas da sociedade e os condicionamentos culturais e político-econômicos. A Salvação só coincidirá plenamente com a Libertação, se, embora conservando a sua transcendência escatológica, promover na história uma transformação do mundo no sentido da sua humanização, isto é, daquilo que faz dele um lugar em que o homem possa tornar-se ele mesmo, segundo todas as suas dimensões de conhecimento, amor, sensibilidade e graça.

Daí se seguem dois pontos importantes. O primeiro é a chamada “desprivatização da Fé” e da mensagem cristã. Isto quer dizer que a mensagem, sem deixar de incidir sempre sobre o plano das ditas “relações curtas” no convívio social e na vida de caridade, prolonga a sua exigência até ao plano das “relações longas”. Abarca, pois, não só o campo das relações naturalmente restritas do indivíduo em seu pequeno meio, mas também o das relações mediatizadas pelas instituições de ordem social, relações que permitem encontrar a pessoa do “próximo” nas situações coletivas.

O segundo ponto a que aludimos é que, nesta perspectiva, uma espi-

ritualidade, uma contemplação concentrada exclusivamente no progresso do indivíduo e numa "atenção a Deus" demasiado transcendente e fora da história e das condições concretas em que vive a pessoa humana, parece pouco conciliável com o que Deus espera de nós.

Na América Latina, essa consciência surgiu no contexto duma análise objetiva da realidade, reveladora de uma situação de injusta dependência, opressão e miséria. E assim a Libertação pascal coestende-se, sem se reduzir, à realidade histórica e manifesta-se como resposta de Deus, em Jesus Cristo, para salvar efetivamente o homem e instaurar o seu Reino que, sem deixar de ser transcendente à história e a todas as culturas, é prometido para estar desde já no meio de nós.

Desenvolvimento e Libertação

Progressivamente conscientes da sua própria realidade e das causas estruturais do seu subdesenvolvimento, nossos povos passaram a aspirar pela mudança. Esta aspiração chamou-se, primeiro, Desenvolvimento. O termo exprimiu, em primeira aproximação, as aspirações do homem de hoje para condições de vida mais humana. Por sua história, o termo se liga a aumento de riqueza e elevação dos níveis de bem-estar.

Sentida em pouco tempo a insuficiência desta perspectiva, passou-se a outra mais importante, à qual o acréscimo do adjetivo "integral" confere maior significação como um processo social global no qual se introduz uma dimensão ética e humanística.

Em breve, porém, o conceito começou a ser objeto de severas críticas, graças ao malogro evidente das políticas desenvolvimentistas propostas aos países pobres do continente por organismos internacionais em estreita relação com governos e grupos que têm nas mãos a economia mundial e são, por isto, incapazes de pôr em julgamento o sistema prevalente. Não passavam de iniciativas de reforma e modernização que não podiam alcançar uma verdadeira transformação.

É, pois, evidente que Libertação exprime mais adequadamente a necessidade da América Latina. Esta categoria bíblica é fundamental para nós, cristãos e religiosos, conscientes de que a salvação escatológica se concretiza em mediações históricas sempre provisórias. Cristo não nos liberta apenas do pecado básico das consciências, mas também das situações daí derivadas que se cristalizam em estruturas através das quais se manipulam contra a criatura de Deus os **elementa mundi huius**.

A comunidade primitiva não terá tido a percepção nítida de todo o alcance da obra salvífica, malgrado a profecia da nova sociedade fraternal nos Atos dos Apóstolos, cujo ideal tanto influenciou na vocação de Antão e, portanto, de todos os religiosos. O Espírito tem a missão de "lembrar" a Palavra de Cristo a cada geração, para que esta possa ler a sua mensagem em cada nova situação individual e coletiva.

Foi no sínodo episcopal latino-americano de 1968 em Medellín, que a Igreja do nosso continente recebeu o impacto deste enfoque

da sua problemática missionária. Diante das três visões do mundo e da Igreja que se oferecem — conservação, desenvolvimento e revolução — Medellín adotou a terceira, isto é, não apenas uma reforma da situação existente, mas uma transformação libertadora.

Nesta posição, o primeiro e o mais importante princípio teológico é que o cristianismo é, em primeiro lugar, caridade e ação. Como descobrir o amor no contexto diário da vida? Medellín responde: libertando o povo. Em todas as frentes: do pecado, do medo, da indolência, dos preconceitos, dos sofrimentos. Das restrições sociais. Do sistema de dominação que marginaliza as maiorias imensas. Do sistema econômico que é a base do sistema de dominação que mantém na dependência as economias locais e condena o povo à miséria.

Como se chegou a esta conclusão? A partir do homem explorado e marginalizado.

Análise da realidade

O compromisso profético supõe, portanto, um conhecimento mais objetivo da realidade, graças a uma análise a cargo das ciências competentes. Embora sem se identificar com qualquer ciência positiva ou ideologia, o compromisso profético parte de uma realidade conhecida de exploração e miséria, traduzida teologicamente como “estado de pecado”, “violência institucionalizada”, onde pecado e violência sociais indicam a opção da Igreja: solidarizar-se com os pequenos e os injus-

tiçados e trabalhar pela libertação do pecado social que gera a opressão.

A situação de injustiça e a posição dos Religiosos

A primeira coisa que me parece essencial nesta hora grave das comunidades religiosas no Brasil (e na América Latina) é o discernimento desta situação e dos apelos de Deus que nela nos são feitos.

Não se trata, evidentemente, de fazer de todos nós especialistas da sociologia e das ciências econômicas, nem, muito menos, da política partidária. Mas precisamos de instruir-nos convenientemente, munindo-nos de critérios adequados para julgar as situações e, assim, traçar os caminhos de uma vida religiosa verdadeiramente encarnada e apta para dar o seu testemunho. Aprofundar cada vez mais o conhecimento do mistério do nosso ser, da nossa vocação leva-nos intrinsecamente a também rever a nossa ação e a descobrir novas modalidades de agir em consonância e fidelidade com o ser e a missão.

Num mundo reconhecido como marcado pela injustiça, como testemunhar as Bem-aventuranças evangélicas, que constituem a própria vivência prática dos Dons do Espírito Santo? Isto exige uma especial disponibilidade, segundo o carisma próprio de cada instituto, para encarnar-se no mundo real que nos cerca, numa vida de comunhão e de serviço, portadora dos anúncios e das denúncias que fazem parte da missão profética do religioso.

Isto exige algo a que não estávamos acostumados: o conhecimento interpretativo da realidade, a fim de que se possa assumir um mundo real, e aí atuar como um fermento capaz de transformá-lo segundo o desígnio de Deus em Jesus Cristo.

Ora, no processo de conhecimento da realidade social, nem todos nos situamos da mesma maneira, mas assumimos atitudes diversas conforme o grau de consciência da situação ou conforme o modo de encará-la, indo desde a ignorância até à consciência global, passando pelos vários estados intermediários de consciência. Temos de pensar em categorias evangélicas o mundo em que vivemos e atuamos. Sem a motivação da Fé, a nossa vida e ação perderiam a qualidade cristã e religiosa. Sem o reto conhecimento e juízo da realidade, a nossa vida e ação arrisca-se a escapar do mundo para uma abstração e, o que é pior, a servir ao jogo de dominação implantado contra o povo.

A vida religiosa no processo de Libertação

Cada comunidade deve, pois, recorrer à formação neste campo, para apreender com fidelidade os sinais e apelos que o Senhor nos faz a cada instante. É uma questão de autenticidade da própria Vida Religiosa em concreto. Neste sentido, sem prejuízo do recurso a fontes de análise e de conhecimento mais técnicas, temos à disposição toda uma excelente coleção de documentos e textos tanto da CLAR, como da nossa CRB, sobretudo a nova coleção em coedição Vozes/CRB, intitulada "Vida Religiosa — Temas Atuais".

Estes documentos, fruto de longa meditação individual e coletiva, podem fornecer-nos indicações seguras para a revisão que se impõe às nossas comunidades religiosas em face da Justiça Social. Seu estudo me parece indispensável, como indispensável é o conhecimento da realidade sócio-política e das causas estruturais de opressão e miséria no continente e no país.

Em face da evolução das idéias, do amadurecimento das consciências e das muitas experiências de vida inserida no povo, sentimos que chegou a hora, para a Vida Religiosa, de ultrapassar o nível das meras adaptações modernizantes. É o próprio senso da sua identidade mais profunda, como experiência de Deus em Jesus Cristo, vivida em comunidade fraterna e inserida num mundo concreto ao qual o Senhor a envia como missão, que revela à Vida Religiosa o apelo para transformações mais profundas de mentalidade, vivência e estrutura.

Numa sociedade, como na América Latina, marcada pelo subdesenvolvimento injusto e pela aspiração à justiça, a conversão ao Deus vivo, Pai de N. S. Jesus Cristo (e a aversão ao falso deus que tantas vezes em nossa vida legítima as situações de injustiça) e ao homem que Jesus Cristo veio salvar, leva a Vida Religiosa ao coração de um conflito e faz dos religiosos os questionadores incômodos da situação desumana.

Esta conversão nos abre também à cultura popular e à solidariedade com os pequeninos deste mundo, esposando as suas necessidades, seu

clamor, sua luta, seus sofrimentos e esperanças, transformando a nossa presença em sinal crítico e profético que pode facilmente desencadear a calúnia e a perseguição.

Homem de Deus e da Igreja (como antigamente se dizia), o religioso é, por isto mesmo, aquele que compartilha com todos os irmãos, sobretudo com os injustiçados deste mundo, a sua situação concreta, numa linha de participação estreita ou de solidariedade solícita.

Interpelado pela injustiça na qual vivem tantos irmãos e pelo chamado divino a uma vocação especial na Igreja, ele recebe a dimensão política da sua fé e da sua missão como um serviço ao mundo, para trazer ao processo que se desenrola na história, algo de próprio e de específico: a dimensão de transcendência do Reino em gestação nas mediações da própria história.

Assim, a sua oração, desabrochada no espaço interior da sua intimidade com o Senhor, alimenta uma práxis que testemunha as Bem-aventuranças e que, por sua vez, alimenta a oferenda dos seus lábios e do seu coração. Sua vida em comunidade fraterna exprime a presença do Espírito do Senhor Ressuscitado, que inspira e estimula as forças de convívio e de paz, acima de todas as discriminações e diferenças, e imprime à comunidade religiosa, bem como à comunidade humana em que esta se insere, o selo do amor e da comunhão.

Seu serviço específico, segundo o carisma fundacional e a índole própria do Instituto, situa-se na linha de uma profunda comunhão com

os homens, uma total liberdade crítica diante das realidades temporais, e um serviço desinteressado aos irmãos. Falando, neste contexto, dos votos religiosos, o documento da CLAR sobre a Vida Religiosa e o compromisso sócio-político (cf. **Grande Sinal**, outubro 1975) procura, com felicidade, explicitar o sentido "político" que lhes é inerente.

Assim, a pobreza, como expressão do valor social de todos os bens, forma de comunhão com aqueles que não têm nada e liberdade crítica em face da ditadura do dinheiro e do seu poder sócio-político.

A castidade como vivência de um amor sem limites e fonte de disponibilidade para os riscos que o espírito profético de denúncia do mal e de solidariedade com as suas vítimas não pode deixar de suscitar no sistema dos privilegiados deste mundo. O celibato consagrado será sempre um sinal que aponta para o amor perfeito.

A obediência, busca em comum da vontade do Senhor, leva diretamente à perfeição da liberdade dos filhos de Deus e torna-se, por isto, testemunho da sociedade comunitária do futuro, onde a autoridade é serviço e a liberdade, comunhão.

Modos concretos de participação

Como diz L. Boff em sua recente obra, de leitura obrigatória (**A Vida Religiosa e a Igreja no Processo de Libertação**, Col. Vida Religiosa/Temas Atuais 1, coed. Vozes-CRB, 1975), o religioso pelo seu modo peculiar de ser se torna

sinal no mundo. Mas para tanto é necessária uma inserção na realidade em que de fato vive. Isto exige uma profunda conversão estrutural no seu modo de viver, na sua ação apostólica e na sua palavra (p. 34).

Ora, a experiência e o conhecimento global, que a interpreta em termos de análise, nos demonstra que estamos num regime de opressão política, de dominação injusta e de marginalidade social. Em face disto, sente-se a enormidade do esforço demandado às comunidades religiosas para que a sua própria estrutura propicie a expansão da personalidade, o convívio fraterno, a participação de todos e a responsabilidade.

Onde campeiam a miséria, a injustiça, a "cultura do silêncio", a Vida Religiosa tem de passar por uma profunda mutação no seu modo de ser, renunciando a privilégios e convertendo-se aos pobres, "vivendo para eles, ou com eles ou como eles", conforme o carisma de Deus e a resposta dialética de cada um.

A solidariedade com os oprimidos inclui abertura ao universo da cultura popular, e serviço da palavra livre num regime de mutismo imposto. Ela nos questionará em nossas obras e serviços, para que passem pelo crivo evangélico e possam reconverter-se em serviço das classes populares espoliadas.

Esta radicalização da dimensão profética da Vida Religiosa não se faz sem dor nem angústia. É mesmo um longo processo que pede humildade, paciência e coragem. Um esforço comunitário, produzido

no respeito, no diálogo, na busca incessante, levada em comum, da Vontade de Deus. É a eterna saga de Abraão em demanda da terra prometida, com os passos iluminados pela palavra de Deus, e a imaginação criadora estimulada pela promessa. Assim lançada, sob a guia dos superiores e bispos, a Vida Religiosa aprenderá a "enfrentar o conflito em verdade e amor, fazendo-o passar através do mistério pascal" (CLAR, doc. cit., p. 634).

Uma nova espiritualidade?

A espiritualidade cristã, como a do Antigo Testamento, sempre recebeu da conjuntura histórica o toque do seu tempo, do ambiente cultural e da problemática vivida pelo Povo de Deus. Mudando a civilização, muda com ela a linguagem da fé e da oração e a maneira de viver no e segundo o Espírito Santo.

Não admira, pois, que, num continente em mudança como o nosso, apareça a crise da oração e da espiritualidade, como aparece toda vez que houve, no passado, grandes mudanças de estrutura econômica e política. Assim, por exemplo, no século VI a.D., no fim da realeza, quando os judeus tiveram de deixar a maneira até então vigente de representar Deus como ligado ao seu rei e ao seu êxito como povo. Nas orações de Israel nessa época, vemos Israel discutir com o seu Deus: "Até quando, Senhor, ficais escondido?" (Sl 88,47).

Hoje, como no século VI a.D., e como em todo período de mutação, o sentido da crise é o mesmo:

deixar formas que não mais correspondem à vida, para entrar em formas mais coerentes com ela e mais adaptadas ao nosso senso profundo.

Deste modo, hoje, uma das tarefas mais importantes da Igreja na América Latina é reformular os grandes temas da fé e da espiritualidade, em termos significativos para o compromisso que hoje assumem os cristãos. Recomendo, neste sentido, o excelente livrinho de Segundo Galilea, intitulado **Espiritualidade da Libertação** (Trad. bras. Vozes, 1975).

Seria bem útil buscar nessa pequena obra inspirações e luzes sobre a nova espiritualidade a criar, capaz de assumir as mudanças em curso e de expressar-se nelas, levando-nos a formular numa nova síntese evangélica as nossas relações com Deus e com os outros.

Não se trata, é bom protestar, de um cristianismo ou de uma espiritualidade revolucionária, o que só serviria para reduzir o Evangelho a uma ideologia. Trata-se, diz Galilea, de dar ao cristianismo atual toda seiva e toda força possíveis que ele já tem pelo Espírito Santo, a fim de fazê-lo capaz de acompanhar eficazmente as mudanças, dando-lhes novas energias e horizontes, capazes de humanizar a transformação e de "centralizá-la em sua verdadeira vocação pascal".

Um dos pontos em que incide esta espiritualidade é o próprio conceito de contemplação. Sofremos da ideologia dos conquistadores e colonizadores do Novo Mundo, continuada, através das conexões da história, na ideologia das classes

dominantes e do mundo cultural que elas criaram, cheio das ambiguidades inerentes ao sistema estabelecido. E sofremos da ideologia propriamente assentada nos conceitos de contemplação que recebemos.

Galilea salienta que a contemplação cristã assumiu desde os primeiros séculos dois aspectos bem diferentes. Um lhe veio da mística greco-platônica, com o seu desprezo das mediações históricas, corpóreas, temporais, fundando uma espiritualidade em que a dimensão mística da vida cristã é incompatível com a dimensão "política" própria do homem em sociedade.

Outro dos dois matizes é que a contemplação manteve a tradição bíblica da contemplação, a qual é "histórica" e de compromisso. Não é, devemos lembrar, que a contemplação assim concebida reduza a fé a uma dimensão histórico-social. A fé transcende as situações sociais, mas estas lhe conferem um conteúdo coletivo. Cristo encontrado na oração se prolonga no serviço do irmão, e é isto que nos julgará: "o que fizestes a um destes pequeninos, foi a mim que o fizestes."

Não se trata, pois, de pôr a oração contemplativa a serviço de tarefas mesmo apostólicas, o que seria uma manipulação pragmática da contemplação, mas de "desentranhar da gratuidade e transcendência da contemplação todas as suas virtualidades intrínsecas", para lá do círculo privativo em que certo conceito de contemplação a quer fechar.

Jesus nos assegura que quem crer nele, fará obras "até bem maiores"

do que ele faz. É justamente essa realidade da fé, que faz o compromisso cristão com a mudança para uma sociedade mais justa e fraternal ultrapassar os limites de um mero humanismo.

O tema do Deserto, fundamental na espiritualidade do povo de Deus, relativiza a materialidade geográfica e libera o seu sentido profundo: sair de si em seguimento a Jesus Cristo, no perfeito despojamento, que inclui a saída do sistema de opressão. S. Bento em sua Regra tem um apoftegma conciso e lapidar: "alheiar-se dos atos do século" (c. IV).

Estamos aqui diante de uma espiritualidade autêntica, a qual é, a meu ver, o grande mérito da teologia da Libertação suscitar, no limiar de um mundo cultural diferente daquele no qual fomos formados, e que é aquele em que de fato vivemos na América Latina.

Diante da situação do continente, o Evangelho não fornece métodos nem programas de ação, mas o significado que ela tem no plano salvífico de Deus. Mais ainda, diz Galilea, "o Evangelho nos permite introduzir dois elementos essenciais para compreender plenamente as transformações atuais e a vivê-las pascalmente: o da **ressurreição** (libertação) e o da **fraternidade** (reconciliação).

É preciso agir sempre sob as exigências da libertação e da reconciliação como meta final, através de atitudes e valores que de fato a realizem.

Nesse sentido, a Eucaristia assume um papel de primeira importância

nessa espiritualidade. Por ela, justamente, a comunidade religiosa celebra a memória da Libertação radical em Jesus Cristo morto e ressuscitado, fonte da unidade e da reconciliação que a induz no Corpo Místico. Também a Liturgia das Horas realizada pela comunidade celebra em termos de louvor, admiração, ação de graças e súplica, a grande obra da Salvação operada por Deus em Jesus Cristo e continuada até ao fim dos tempos pela Igreja no mundo. Como comunidade eclesial de base, a comunidade religiosa participa, por sua vida eucarística e laudativa, dessa ação do Cristo a fermentar as culturas, exorcizar o mal, libertar os cativos e anunciar a todos a Redenção efetiva. Para ser autêntica, a comunidade celebrante ajustará sempre mais a sua vida e atividade segundo aquilo que ela celebra na liturgia, que só será perfeita quando o culto e a vida se identificarem numa só realidade vivida e celebrada.

BIBLIOGRAFIA

LEONARDO BOFF, *Teologia da Libertação*, Grande Sinal, vol. 1974. *A Vida Religiosa e a Igreja no Processo de Libertação*, Vozes/CRB, 1975. GUSTAVO GUTIERREZ, *Teologia da Libertação*, trad. bras. Vozes, 1975. J. COMBLIN, *La Revue Nouvelle*, 1972 e *Concilium* 96 (1974/6). HUGO ASSMANN, cópias mimeografadas de obras. Ver bibliografia do autor em Leonardo Boff, supra. SEGUNDO GALILEA, *Concilium* 96 (1974/76). *Espiritualidade da Libertação*, trad. bras. Vozes, 1975. J. M. R. TILLARD, *Qu'attend l' Eglise de la vie Contemplative?* em *Vie Consacrée* 46, n.º 5. CLAR, diversos documentos citados no corpo do artigo.

VIDA RELIGIOSA NA IGREJA

Dom Ovídio Pérez,
Bispo Auxiliar de Caracas, Secretário
Geral da Conferência Episcopal da Venezuela

Depois do primeiro anúncio de sua auto-oblação pascal, disse o Senhor aos seus discípulos: “Quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á e quem perder a sua vida por amor de mim, salvá-la-á” Mt 16, 25.

A tentação humana de absolutizar é tão antiga quanto o aparecimento mesmo do homem na história. O livro do Gênese, capítulo terceiro, no-la descreve: “sereis como deuses”, como ainda descreve suas tristes e empobrecedoras conseqüências: alheamento de Deus, divisão entre os homens, espanto diante do próprio mundo. O egoísmo — e nisto consiste o pecado — é absolutização. É o curvar-se de nossa própria pessoa sobre si mesma. O ateísmo é uma forma patente de absolutização.

Há formas mais sutis de absolutização: a visão sectária, a consideração setorial, a perspectiva de grupo,

o grupo transformado em feudo. A relativização de si mesmo não é fácil. Quase doloroso. Mas é condição de fecundidade. Possibilita o encontro. É condição de serviço enriquecedor. Daí pode brotar o amor. O verdadeiro amor. É aproximação do autêntico absoluto, Deus, porque Deus é amor. O Absoluto se verifica — inefável paradoxo — como tecido relacional, como dinamismo de entrega mútua.

O mundo sofre hoje de muitas absolutizações. Egoísmos individuais e coletivos. Absolutização do lucro, do prestígio nacional, do consumo, do privilégio pessoal ou de classe, da ciência e da tecnologia. A instrumentalização do homem e dos povos outra coisa não é senão a absolutização dos fortes contra os fracos. Endeusamentos que produzem rupturas na comunidade humana: injustiças, opressões, massificações.

A renovação eclesial e eclesiológica destes últimos tempos tem sido uma sincera e persistente tentativa de relativizar a Igreja e a existência do crente. Daí a atualidade da categoria **diakonia**, a constante atitude de serviço frente ao absoluto de Deus e frente ao outro. Este outro que adquire consistência verdadeira enquanto é concebido e assumido como imagem e semelhança de Deus.

Relativizar a Igreja foi o que o movimento renovador do Povo de Deus, seguindo os ensinamentos do Concílio, escolheu como horizonte a alcançar. O Vaticano II definiu a Igreja como sacramento, isto é, como sinal e instrumento de comunhão inter-humana e humano-divina. Concepção funcional, diaconal, relativa, relativizante.

A noção de sociedade perfeita que sugere algo de completo, acabado, auto-suficiente foi substituída por outra: sinal de alguma coisa, estar-em-função-de-alguma-coisa. A Igreja se define, portanto, por sua relação com o Senhor e por seu sentido com relação ao mundo. A Igreja não existe para si. Existe para Deus e para serviço dos homens.

As acusações feitas — juridicismo, triunfalismo, clericalismo — ao primeiro esquema sobre a Igreja apresentado no Concílio Vaticano II, expressavam já uma vontade de mudança de perspectiva. Esperava-se outra coisa. A superação de uma eclesiologia marcadamente polêmica, de autodefesa, de confronto seria possível por formulações que manifestassem a genuína missão e natureza da Igreja. Uma nova imagem: Igreja servidora de Deus e da huma-

nidade. Igreja orante e adoradora. Compartilhando a alegria e as dores terrestres e servindo à libertação e à unidade humanas.

A absolutização é, para a Igreja e para os setores intereclesiais, uma permanente tentação, à qual não resistiu, caindo com freqüência no passado e no presente. A Igreja pode cair na tentação de auto-suficiência frente ao mundo. Pode quase absolutizar instituições que existem apenas enquanto peregrina o Povo de Deus. Os setores dentro da Igreja podem se erigir como grupos polarizantes e absorventes do dinamismo global. O clericalismo, inflação do ministério jerárquico, é uma forma. A vida religiosa como reduto de perfeição, é outra.

O anquilosamento é uma feição disfarçada de absolutização. É um não relativizar-se com relação à história. A re-atualização do conceito de Igreja como Povo de Deus peregrinante não é outra coisa senão um demonstração como a Igreja não pode estacionar em determinado momento histórico, mas deve avançar com o ritmo do devir do mundo e marchar até uma consumação que é apenas uma experiência sempre atual e viva de comunhão.

Porque a Igreja é Corpo de Cristo e, portanto, intercomunicação orgânica, deve dar-se e compartilhar-se no Senhor e com o Senhor, deve aparecer como uma edificação do Espírito. O Espírito é para a Igreja, princípio de vida e de renovação contínua. A Igreja, peregrina na história, realiza uma ativa interrelação com ela. É parte da história humana embora não se reduza simplesmente

a isto. Depositária de uma mensagem, de uma tradição, é, todavia, re-criação, novidade, acontecimento permanentes. É sacramento da libertação unificante na humanidade e para a humanidade cambiante. É um incessante edificar-se. Esta concepção relativiza a Igreja com respeito à história e induz a uma irrenunciável atitude de escuta, de discernimento dos sinais dos tempos, de seguir o pulsar das necessidades e inquietudes humanas, de inevitável inconformidade com todo modelo humano cultural, social, político. Traz sempre diante de si uma fascinante utopia que a constrange e a impele em busca de um a comunhão perfeita com Deus e com os homens. A Igreja, enquanto edificação do Espírito, se autodefine em contínua crise, numa revisão inacabável. Numa marcha que não faz alto.

Igreja, comunidade carismática

Medellín foi uma tentativa de concretizar e promover esta ulterior mudança na Igreja. Abriram-se os olhos diante de uma realidade carregada de problemas, de expectativas, de desejos. Enfocou-se a Igreja em função deste mundo para expressar nele e com ele a páscoa do Senhor. A visão da Igreja que Medellín oferece não é a visão de uma organização cuidando de defender posições e apresentando uma mensagem atemporal. Aceitou-se um desafio: desenvolver a sacramentalidade da Igreja na história latino-americana. Por esta razão, seguir a linha diaconal, libertadora de seus ensinamentos. Daí o esforço para participar das tarefas da justiça e da solidariedade, da igualdade e da paz, do

desenvolvimento integral de nossos povos. Relativizando-se, de modo especial com relação aos pobres, a Igreja em Medellín não procurou salvar sua vida, mas salvar a vida do continente. Por isso, hoje ela se sente mais fecunda e vigorosa, com maior esperança, maior imaginação e coragem.

O abrir-se da Igreja para o mundo, o diálogo com os irmãos separados, com os não-cristãos, com os não crentes, permitiu à mesma Igreja um aprofundar-se mais consciente em sua natureza e em sua missão. E também se situou mais humildemente diante do Senhor. A consciência de sua própria pobreza e debilidade da inevitável fragilidade e condição pecadora, a induz a uma mais forte confiança no poder de Deus. A menor sabedoria humana está possibilitando à Igreja conseguir maior sabedoria pascal. O poder da Igreja é sua debilidade conscientemente assumida e vivida. Se hoje a Igreja é mais ouvida em nossos povos é porque sua palavra não fala tanto a si mesma mas ao mundo para o qual ela foi enviada e fala de Jesus Cristo, Verbo definitivo do Povo de Deus.

Esta relativização desfez muitos temores, embora paradoxalmente. Eram e ainda são muitos os nossos temores. Preocupações exageradas para manter fronteiras nos mais diversos campos. Isto nos impedia avançar com arrojo. Hoje quando a Igreja olha para além de seus pequenos círculos, quando olha para o amplo mundo da indiferença, da incredulidade; quando trata de compartilhar a pobreza humana e espiritual das grandes massas; quando se

coloca em contato com o avassalante mundo dos meios de comunicação social; quando está à escuta do que acontece no mundo da cultura, da política e da sociedade em geral, nasce então uma mais viva angústia de evangelizar, de descobrir a presença de Deus na marcha humana, demonstrar, reconhecer e atuar o dinamismo de Cristo libertador, morto e ressuscitado.

Isto não significa que não é importante para a Igreja conservar fielmente o seu **depositum**; não significa que a Igreja não tenha uma herança que não pode ser mutilada nem abandonada. O que sucedeu foi que esta herança e este depósito tomaram um feição dinâmica e foram interpretados como marcos de uma única história — a história dos homens a caminho da salvação — animada e movida pelo Espírito até uma meta definitiva. **Lumen Gentium**, n.º 2, ao traçar a biografia da Igreja e sua tendência para uma Igreja universal e escatológica, estabelece um panorama belo e entusiasmador que convida a um compromisso arrojado na história dos homens. A visão estreita preconiliar desaparece para ceder lugar a uma auto-interpretação da Igreja como sinal, lêvedo, germe de esperança, sinal eficaz de liberdade e de união. Perdendo-se a si mesma, a Igreja encontra mais profundamente o Senhor Jesus Cristo, seu Espírito e a humanidade como sua irmã.

A relativização da Igreja permitiu que ela se sentisse comunidade carismática. A Igreja não apenas feita de instituições. O Espírito a dota continuamente de carismas que vêm sobre todos: pastores, religiosos e lei-

gos, segundo a medida do mesmo Espírito. O carisma permite uma recriação contínua, embora cause inevitáveis tensões enquanto é uma injeção de vida nova. O carisma é o Espírito atuante na Igreja que edifica sem cessar.

Integração da vida religiosa na Igreja

A consagração religiosa constitui um compromisso peculiar de união com Deus (entrega absoluta) e com os homens (serviço, disponibilidade), **Lumen Gentium**, n.º 43. Religiosos existem e sempre existirão, com formulações diversas e matizes institucionais diferentes, desde que a Igreja começou a ser Igreja e continuar a sê-lo.

Muito já se discutiu como se expressar a existência dos religiosos no Povo de Deus. É estrutura da Igreja? É estrutura na Igreja? O mais importante é afirmar a inevitabilidade de tal existência numa Igreja que é edificação do Espírito. Pessoas e formas de vida consagradas se darão até o retorno definitivo do Senhor, sejam quais forem as modalidades que assumam ou que lhes forem concedidas. Este setor intereclesial é um elemento constitutivo do Povo de Deus como sacramento de salvação, nos diversos níveis de sua realização.

O principal, em tudo isto, é extrair a eclesialidade da vida religiosa como o fez o Concílio Vaticano II. A consagração do religioso é, sem dúvida alguma, uma opção pessoal, mas, para além e acima desta opção, é um dom divino que a Igreja recebeu e recebe de seu Senhor, **Lumen**

Gentium, n.º 43. Existe para que a Igreja se realize como sinal e instrumento de ação libertadora unificante e salvífica de Deus no mundo.

Estado de perfeição, disseram da vida religiosa. Isto posiciona o religioso diante de enormes exigências e requer dele profunda humildade e autenticidade, para que sua consagração efetivamente vivida seja sinal, testemunho da renovação evangélica das realidades escatológicas. A entrega a Deus e ao serviço do próximo, que de modo especial o religioso é chamado a atuar, têm valor em si e antecipam a comunhão definitiva e escatológica. Por isso são sinal e diaconia eclesiais. São parte muito valiosa da Igreja, dom de Deus.

A afirmação da vida religiosa como estado de perfeição, não pode induzir nos pastores e nos leigos uma exigência de perfeição escatológica nos religiosos. São criaturas e pecadores. Onde nasce uma fraterna ajuda e compreensão. Os religiosos lutam e invocam a graça do Senhor e esperam a consumação do Reino para viver a perfeita caridade. Leigos e pastores devem estar sempre atentos para perceber no testemunho e nas justas reivindicações dos religiosos, chamados a uma perfeição a que também todo o Povo de Deus é chamado a viver, em progressão até a chegada do Senhor.

Antes de falar dos religiosos (**Lumen Gentium**, VI), o Concílio falou da vocação universal à santidade de toda a Igreja. Assim como a afirmação, por exemplo, do sacerdócio comum, que não é linguagem metafórica nem demagogia linguística, não significa minimizar a natureza e a

missão peculiares do sacerdócio ministerial, tampouco a afirmação da vocação universal à santidade minimizou a função especial, a importância excepcional da vida religiosa na Igreja. Mudou-se a perspectiva e se apontaram maiores exigências para os pastores e para os leigos.

Anteriormente à vida religiosa, está a Igreja da qual é elemento, função e diaconia. Por isso, a preocupação primeira de qualquer grupo de religiosos não é saber o que é e o que exige seu Instituto da Igreja, mas o que é a Igreja, sacramento de unificação salvífica do mundo. É a partir do Povo de Deus e não dos próprios elementos constitucionais que um determinado grupo deve autodefinir-se e atuar.

Os institutos religiosos não podem, portanto, interpretar-se nem desenvolver-se como feudos isolados, preocupados na defesa de seus redutos, mas como membros do Corpo de Cristo, em sintonia com as necessidades e preocupações da Igreja em seu conjunto. Isto permitirá que as finalidades e ações específicas se estabeleçam num amplo panorama e verdadeiramente se legitimem e tenham um real sentido eclesial.

Dedicados de modo especial a Cristo, os religiosos se consagram e hão de consagrar do mesmo modo, ao Corpo do Senhor que é a sua Igreja. Deverão estar animados por um profundo sentido eclesial que se traduz em colaboração, participação e entrega. Membro do Povo de Deus, como o pastor e o leigo, o religioso entende sua missão como serviço especial. Se se interioriza é para subir mais diaconalmente até o

mundo e até os outros. Cada instituto terá uma orientação especial, um carisma institucional específico, que significa para todo o Corpo de Cristo, um maior enriquecimento.

Numa Igreja em renovação, o religioso está chamado a unir-se decididamente nesta linha. Sentir com a Igreja de modo vivo e operante. Atento às necessidades e aos rumos da Igreja e do mundo.

Necessidade dos religiosos

A vida religiosa não se identifica com o ministério jerárquico nem tampouco se constitui numa estrutura paralela dentro da própria Igreja. E, nem muito menos, oposto. Entretanto, o religioso, por sua particular consagração, oficialmente reconhecida dentro do corpo eclesial, está chamado a uma comunhão jerárquica mais íntima. Se se vive assim, sua contribuição eclesial é mais enriquecedora. Poderão ajudar melhor uma efetiva renovação de toda a Igreja que necessita dos religiosos, porém, não como setor autárquico, mas vivamente funcional dentro do Povo de Deus.

A isenção não entra na essência da vida religiosa. Nem todos os religiosos são isentos. A isenção antes de ser interpretada como um favor para os religiosos, ela se constitui numa vantagem para a Igreja. Poderia até ser extensiva a qualquer membro do Povo de Deus. Antes de ser um privilégio grupal é instrumento para uma especial disponibilidade em vista das exigências do bem comum. É uma possibilidade e não uma necessidade. Não cremos necessário citar aqui LG, 45 e CD, 35,

cujas leituras meditadas permitem examinar corretamente a questão que tratamos, seja por parte dos pastores como dos religiosos.

O diálogo entre bispos e religiosos tem que se livrar de uma confrontação de categorias muito mundanas. Não se trata de forças paralelas que discutem convergências e traçam acordos. O diálogo só terá sentido em nível eclesial. No mútuo reconhecimento da natureza e das funções próprias dentro do Corpo de Cristo. De outro modo, seria partir de princípio falsos e trabalhar sobre fundamento viciado. A função direcional pastoral pertence à hierarquia. A vida religiosa é necessária à Igreja e se estabelece mais particularmente numa linha de especial vivência da santidade e de caridade. Por sua mesma natureza e missão, os religiosos são chamados a estimular na Igreja uma fidelidade, cada vez mais exigente, ao Evangelho, e haverão de se constituir uma profecia permanente de maior autenticidade frente ao Senhor, da parte de todos os membros do Povo de Deus. Isto leva a inevitáveis tensões — a vida é uma permanente tensão — que podem ajudar o conjunto avançar, com a condição de que tais tensões se traduzam em fraterno convite, em humilde testemunho e não numa amargurada contestação, numa marginalização e num desconhecimento da função direcional pastoral.

A eclesiologia renovada colocou em relevo o valor das Igrejas particulares ou locais. Estas não se constituem parcelas administrativas homogêneas da Igreja Universal, mas são atuações concretas do ministério eclesial. Elas, com o eixo de comu-

nhão que é o bispo, dispõe de todos os meios de salvação correspondentes aos vários aspectos da missão recebida de Cristo e estão abertas às demais Igrejas particulares. A Igreja universal resulta assim de uma comunhão de comunhões. Em sua constituição e vida, a Igreja particular necessita da existência e do testemunho da vida religiosa. Os religiosos estão chamados a integrar vitalmente a Igreja particular como concreta participação no ministério salvador de Cristo.

Pastores e religiosos, conscientes de sua função diaconal com relação a todo o Povo de Deus — majoritariamente constituído de leigos — de sua necessidade e relatividade, deverão de exercer, do modo mais abnegado e humildemente possível, a importante missão que lhes compete dentro do corpo eclesial e em benefício da salvação do mundo. **Ut omnes unum sint**, com relação ao específico, à indispensável variedade

de ministérios e de carismas, à legítima pluralidade dentro da mesma comunhão, à humilde aceitação das inevitáveis limitações, ao reconhecimento da própria condição de pecadores e, sobretudo, à alegre petição e aceitação da graça do Senhor. Todos seremos julgados por Ele segundo o valor e o critério absolutos do amor. Poder, carisma, isenção, normas, constituições, etc. tudo isso tem um só destino: o melhor serviço ao Senhor e à sua Igreja, à edificação da mesma que é o Corpo de Cristo.

O pensar no definitivo da Igreja e da história — *Ecclesia Universalis* — comunhão perfeita, nos ajudará a uma revisão e renovação contínua numa linha de fidelidade à natureza e à missão da Igreja peregrinante, evitando absolutizações, monopoliizações, polarizações que dificultam, retardam e contrariam a atuação da Igreja como sinal de unidade dos homens com Deus e dos homens entre si.

IGREJA, COMUNIDADE EVANGELIZADORA E MINISTERIAL

Ir. Vilma Moreira da Silva, FI

Está nascendo entre nós um novo tipo de Igreja. O Espírito está muito presente nela, impulsionando-a a descobrir novas formas de resposta às interrogações de um homem novo que está também nascendo na América Latina. Esta Igreja que nasce entre nós não está feita. Está-se fazendo. Busca e, ao mesmo tempo, se renova, porque não é uma nova Igreja e sim uma **Igreja que se torna nova** (re-nova) à luz do Espírito. Neste trabalho assinalamos especialmente quatro de suas grandes linhas de busca e renovação: sua dimensão de **Povo de Deus, Profecia, Sinal e Comunidade**. Destas linhas virá, de certo modo, tudo o que se dirá nas outras duas partes sobre a Igreja como **Comunidade Evangelizadora e Ministerial**.

A Igreja é Comunidade evangelizadora porque sua missão é anunciar a todo homem e a todos os homens a Mensagem do Senhor. A comuni-

dade cristã é evangelizadora e deve sê-lo corresponsavelmente. Para desempenhar esta missão é preciso atenção, acolhida e escuta dos apelos de Deus e dos homens. Daí a necessidade de procurar **novas formas de serviço** para responder às necessidades dos tempos. Estes serviços são os **Ministérios**. A Igreja inteira é uma **comunidade ministerial**.

A Teologia dos Ministérios está-se fazendo pouco a pouco. Há uma redescoberta nesta dimensão, iluminada pela riqueza da Comunidade Primitiva, do Novo Testamento e pelos estudos dos primeiros séculos de vida da Igreja. É também muito importante sublinhar aqui a relação entre as Comunidades Eclesiais de Base e os Novos Ministérios, por sua atualidade e importância. Foi o que tentamos fazer. Ajudou-nos muito em tudo o que se refere à Teologia dos Ministérios o livro do Pe. Alberto Antoniazzi, recentemente publicado pelas Vozes.

1. A Igreja que nasceu entre nós

Uma Igreja nova ou uma nova Igreja? Faz precisamente dez anos que se encerrou o Concílio Vaticano II e, sete, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín. Foi a começar de Medellín que nasceu uma Igreja nova em nosso Continente. É preciso esclarecer o sentido da novidade da Igreja Latino-Americana. Não se trata de uma Igreja "originalmente nova", como dizia Dom Pirônio, em 1970, como se a Igreja antes tivesse sido infiel e somente agora chegou a descobrir a sua missão (PIRÔNIO, E., *Dos años después de Medellín*, em *La Iglesia que nace entre nosotros*, Indo American Press Service, Bogotá, 1970, pp. 74-75).

Sem dúvida, cremos que se pode afirmar que o Espírito, presente nesta Igreja do pós-Concílio e do pós-Medellín, de um modo novo, a impeliu mais fortemente para uma tomada de consciência de sua vocação e de sua missão em nosso continente. Colocou-a numa atitude de busca contínua de renovação e de conversão a Deus e aos irmãos. Mas não se trata de uma nova Igreja, como se estivesse nascendo uma outra Igreja. É a mesma Igreja de Jesus Cristo que deixa de renovar-se a si mesma pela ação do Espírito Santo até que, pela cruz, chegue a uma luz sem ocaso (LG, 9); uma Igreja sempre nova porque em marcha.

Queremos sublinhar nesta Igreja alguns aspectos novos; dimensões eclesiológicas que não foram descobertas, mas re-descobertas a partir

do Vaticano II e de Medellín e que gostaríamos de indicar como linhas de busca e de ação na renovação

- ◆ A dimensão de uma Igreja-Povo-de-Deus.
- ◆ A dimensão de uma Igreja-Profecia.
- ◆ A dimensão de uma Igreja-Sinal.
- ◆ A dimensão de uma Igreja-Comunidade.

Primeira dimensão

Igreja-Povo-de-Deus. O Concílio Vaticano II nos recordou um aspecto da vocação histórica da Igreja: o seu compromisso com todos os povos do mundo. Falou-se dela como de um povo de irmãos, amados pelo Pai; que se vão libertando em Jesus, o Filho, e, construindo juntos, à luz do Espírito, a História da Salvação. Donde, todos terem sido chamados a fazer parte dela (LG, II, 9 e 13). Muita gente se admirou deste descobrimento que gerou tantas modificações na vida da Igreja. É uma verdade de clareza cristalina na mensagem de Jesus Cristo.

Disseram que tais modificações se deram sobretudo da parte do sacerdócio, da Igreja institucional. Passou-se — ou pelo menos começou a se passar — de uma Igreja longínqua, piramidal, a uma Igreja que quer ser presença, povo, gente, aproximação, vizinhança. Uma Igreja que vai nascendo por toda parte nas Comunidades Eclesiais de Base, em pe-

quenos e grandes núcleos residenciais, nos campos, na periferia das grandes cidades, entre operários e agricultores, em povoações indígenas, e, também, embora menos, em ambientes de nível cultural e econômico superior. Uma Igreja que quer ser presença especialmente no mundo majoritário dos pobres em todos os sentidos, particularmente dos economicamente fracos. "Uma Igreja serve e pobre".

Creemos, com Leonardo Boff, que o "verdadeiro problema está nas implicações teológicas presentes nesta afirmação fundamental: A Igreja é o Povo de Deus". Destacamos, a seguir, algumas destas implicações.

● Existe uma igualdade fundamental na Igreja. Todos somos Povo de Deus, participantes todos de Cristo, de seu Ministério. Somos todos

responsáveis pela unidade. Todos chamados à santidade.

● Embora na Igreja todos sejam iguais, nem todos exercem as mesmas funções na construção da comunidade. São diversas as tarefas, mas todos devem corresponder às necessidades concretas da comunidade. Existe uma tarefa especial, aquela de dar unidade a todos os serviços. É o presbítero na comunidade local e o bispo para a comunidade regional. "O seu específico não é consagrar, mas ser sinal de unidade, no culto, na organização e na transmissão da fé".

Daqui se deduz a exigência de uma inversão na concepção dos ministérios. Faz-se mister uma mudança na eclesiologia. Está-se passando de uma Igreja piramidal a uma Igreja-comunidade. Poder-se-ia esquematizar assim:

Igreja piramidal

Deus
Cristo
Apóstolos
Bispos
Sacerdotes
Fiéis

Igreja-comunidade, Povo

Cristo
Comunidade
Bispos-Sacerdotes

Espírito Santo
Povo de Deus
Catequistas

Se se aceita o ensinamento do Concílio Vaticano II sobre a Igreja, Povo de Deus (o capítulo dedicado ao Povo de Deus em **Lumen Gentium** vem antes do capítulo dedicado à Jerarquia...), chegar-se-á necessariamente a uma nova concepção da Igreja Ministerial. A concepção de uma Igreja do povo, nascida

no meio do povo (BOFF, L., **As eclesiologias presentes nas Comunidades Eclesiais de Base**, em SEDOC, Petrópolis, maio de 1975, col. 1193-1195).

Igualmente se deverá adotar uma atitude e uma colocação coerentes frente à injustiça do mundo, como disse o Sínodo de 1971:

“O poder do Espírito que ressuscitou a Cristo dentre os mortos, opera incessantemente no mundo. O Povo de Deus está ali presente através dos filhos generosos da Igreja, no meio dos pobres e daqueles que sofrem opressão e perseguição, vivendo na própria carne e no próprio coração a paixão de Cristo e dando testemunho de sua ressurreição” (n.º 76).

A Igreja da América Latina busca ser e viver com este povo como o Povo de Deus, porque redescobriu a luz do Senhor presente neste povo pela força de seu mistério pascal, sua **vocação profética**. A segunda linha de busca e renovação de nossa Igreja que queremos assinalar é a linha que está indicando sua dimensão profética.

Segunda dimensão

Igreja-Profecia. O profeta na Bíblia é o homem da experiência de Deus. Esta experiência acompanha sempre a irrupção da Palavra em sua vida. “Fala o Senhor Javé: Quem não há de profetizar?” Am 3, 8; Is 7, 14-15. O profeta não pode guardar para si o que recebeu para comunicar, Cf. **Tendências proféticas da vida religiosa na América Latina**, Equipe de Teólogos da CLAR, Bogotá, 1975, p. 39.

O mesmo deve acontecer na vida da Igreja que escutou atentamente o Senhor no Concílio e em Medellín; uma Igreja que se sabe participante no ministério profético de Jesus Cristo (LG, 12); uma Igreja que se sente urgida a perscrutar e inter-

pretar os sinais dos tempos à luz do Evangelho (GS, 4), para discernir nos acontecimentos as exigências e os desejos dos que participam, juntamente com seus contemporâneos, os sinais da presença ou dos planos de Deus (GS, 11).

Daqui sua dimensão libertadora, a dimensão profética de crítica e de anúncio. Trata-se de um ponto muito concreto e importante que exige uma práxis nova e libertadora. Nossa Igreja Latino-Americana, urgida por um compromisso real com o homem, toma consciência de sua missão de “interpelar o povo e seus líderes, revelando-lhes o sentido profundo da situação histórica e despertando sua esperança e responsabilidade”, Cf. MUÑOZ, R., **Vocación histórica de la Iglesia en Nuestra Igreja Latinoamericana**, Bogotá, Indo American Press, 1975, p. 62.

Também aqui, o Sínodo da Justiça no Mundo esclarece muito o que se disse:

“Escutando o clamor dos que sofrem violência e são oprimidos por sistemas ou mecanismos injustos, e escutando também a interpelação de um mundo que com sua perversidade contradiz o plano do Criador, temos consciência unânime da vocação da Igreja de estar presente no coração do mundo pregando a Boa Nova aos pobres, a libertação aos oprimidos e a alegria aos tristes”, n.º 5.

A Igreja quer viver assim porque esta é a sua missão. Reconhece suas fraquezas e pede perdão de suas omissões como fez recentemente o Episcopado de São Paulo no documento “Não Oprimas Teu Ir-

mão". A Igreja responde na fé. Assume uma atitude de coerência cada vez mais definida. Sabe que tem o direito e muito mais "o dever de proclamar a justiça no campo social, nacional e internacional, assim como de denunciar as situações de injustiça, quando assim o exigirem os direitos fundamentais do homem e sua mesma salvação", *ibidem*, n.º 38. Ela se constitui assim em sacramento e sinal da presença do Senhor Jesus que venceu toda injustiça e pecado em seu mistério pascal de morte e ressurreição.

Terceira dimensão

Igreja-sinal. A Igreja é profética porque é sacramento de Deus no hoje, aqui e agora de Deus e do homem. Não pode se constituir um mundo a parte. Existe para servir aos homens, Cf. GS, 3 e 93.

A Constituição **Lumen Gentium** desenvolveu e completou a doutrina eclesiológica começada pela Vaticano II. A Igreja é apresentada então como Sinal, Sacramento ou Signo da íntima comunhão com Deus e de unidade de todo o gênero humano, LG, 1. É nesta Igreja sacramento e por meio dela que Deus convoca os homens para a salvação, LG, 9. É missionária porque foi constituída como sinal de salvação, AG, 1, 5, 22 e 59. Salva e santifica porque possui a presença do Senhor Ressuscitado que vive e opera nela. É assim que revela ao mundo o mistério do Senhor Jesus, sempre presente em nós, SC, 35.

A Igreja da América Latina conhece seu compromisso com nosso povo. Existe para servir aos homens como Jesus Cristo, GS, 3 e 93; para ser sinal de instrumento de redenção. O fato de ser sacramento de salvação a compromete em gestos concretos de libertação. A Igreja é efetivamente para os homens o sinal do Deus de Jesus Cristo, na medida em que sabe concretamente ser sinal acessível e eficaz do amor fraterno e do serviço aos necessitados. "Se a mensagem cristã do amor e da justiça não manifesta sua eficácia na ação da justiça no mundo, muito dificilmente parecerá crível aos homens de nosso tempo", Sínodo da Justiça, Cf. MUÑOZ, R., artigo citado, p. 65.

Quarta dimensão

Igreja-comunidade. A Igreja, Povo de Deus, ciente de sua vocação profética, de ser sinal da presença do Senhor Ressuscitado entre os homens, tem que ser, necessariamente, uma Igreja de comunhão. Onde a quarta linha de busca e renovação que queremos assinalar: a linha de conversão ao comunitário. Do solitário ao solidário. Do fechar-se em si mesma à comunhão com todos; de seu mundo pequeno ao grande mundo de Deus e dos irmãos. A tarefa eclesial é essencialmente promover a fraternidade, a paz e a unidade entre os homens e entre os povos, Cf. GS, 40, 42, 45, 77, 89, 92; expressar a comunhão de Deus com os homens em Jesus Cristo. Quer acolher, integrar e estimular a adesão das pessoas; quer buscar meios ade-

quados para o exercício da comunicação, do diálogo e da colaboração sob todas as formas. Dom Lorscheider, apresentando no Sínodo de 1974 o Panorama da Igreja Universal, assinalava como uma constatação muito positiva o **despertar crescente da vida comunitária na Igreja**, Cf. SEDOC, fevereiro de 1975, Vozes, col. 711.

A Igreja da América Latina voltou-se para a comunhão com mais intensidade. Quer aprofundar-se nesta comunhão. Encontram-se frequentemente nas Igrejas locais, pastores e fiéis que buscam conjuntamente o serviço e a caridade; muitos núcleos de fiéis empenhados em formar comunidades de irmãos que compartilham a fé, a oração, os

bens, as esperanças e as angústias, as dores e as alegrias, o pão, a vida e o Pão da Vida...

Vive-se, sobretudo nas Comunidades de Base, uma nova experiência de fé, de participação, de descentralização, de celebração da palavra e da vida no mistério pascal de Jesus Cristo, Cf. SEDOC, maio de 1975.

Estas quatro linhas de busca, de ação e de renovação da Igreja do pós-Concílio e do pós-Medellín, e muitos outros fatores que seria impossível enumerar, contribuíram e continuam contribuindo na missão evangelizadora e no exercício dos ministérios na Igreja Latino-Americana, como se verá a seguir.

2. Igreja, Comunidade Evangelizadora

Evangelização, missão fundamental da Igreja. O cristianismo se diferencia muito de outras religiões em que, o homem sedento do absoluto, busca a Deus. Nosso Deus é alguém que toma a iniciativa, que ama primeiro, que vem ao encontro do homem. Nesta linha, a evangelização é, antes de tudo e sobretudo, um ato de amor: amor de Deus a cada homem e a todos os homens em Jesus Cristo. "Deus amou tanto o mundo que deu o seu Filho Unigênito, para que todo aquele que crê nele não pereça, mas tenha a vida eterna. Deus não enviou o seu Filho ao mundo para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por sua obra", Jo 3, 16-17.

A primeira intervenção é sempre dele. Chama a cada um pelo nome. Ao homem cabe aceitar e acolher este chamado; aprofundar-se nele, em suas exigências e conseqüências. Responder na fé.

A evangelização é "a atividade da Igreja pela qual a fé é alimentada e os homens são chamados à conversão e participação no mistério salvífico de Cristo proclamado no evangelho" (CARVALHEIRA, QUEIROZ, LIBÂNIO E OUTROS, **A Evangelização no mundo de hoje. Reflexões teológico-pastorais.** São Paulo, Ed. Loyola, 1974, p. 41).

A Igreja de hoje tem profunda consciência deste fato. A prepara-

ção, realização e prosseguimento do Sínodo de 1974 sobre a Evangelização o provam claramente. Não se buscou escrever documentos mas aprofundar a Missão, o conhecimento dos problemas de cada Igreja particular, avaliar as situações, descobrir os elementos importantes para a evangelização e estudar as características e modalidades que a evangelização deve assumir para os homens de nosso tempo (Cf. PAULO VI, **Discurso de encerramento do Sínodo de 1974**, em SEDOC, fevereiro de 1975, col. 729-730).

A Igreja se "redescobriu como objeto e sujeito da evangelização" à luz da mensagem de Jesus Cristo. Jesus foi o primeiro evangelizador do Pai. A Igreja, comunidade fundada por ele, tem que deixar-se evangelizar por Ele para poder evangelizar em seu nome. O cristão, membro da Igreja, comunidade evangelizadora, tem de fazer sua a palavra do Apóstolo: "Não há outra glória para mim a não ser anunciar o Evangelho. Para mim não é uma obrigação. Infeliz de mim se não anunciar o Evangelho" 1 Cor 9, 16.

A evangelização apresenta uma dimensão social e comunitária. Todos os cristãos, membros do Povo de Deus, somos chamados a evangelizar.

A dimensão social da evangelização. A Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje indica como fato fundamental em nossos dias a socialização. O homem nun-

ca existiu sozinho e sem consciência de sua relação com os demais. Mas, parece que nunca, como em nossos dias, foi tão forte a consciência coletiva da humanidade. O tema do homem e do objeto, tradicionais na filosofia, vem sendo substituído pelo tema o homem e os demais, o próximo e eu.

Quem seguiu com lealdade o Concílio e caminhou com a Igreja Latino-Americana, sobretudo a partir de Medellín, reconhece o esforço desta Igreja para mostrar ao mundo sua consciência de povo solidário e a necessidade da comunhão eclesial.

O caminho habitual para se chegar à fé é o irmão. A decisão pessoal de adesão do homem não poderá ser substituída. Esta opção, todavia, se dá normalmente dentro de uma autêntica comunidade de vida cristã. As virtudes teológicas têm uma dimensão fortemente comunitária.

No campo teológico inclina-se a dar especial relevo à idéia básica da unidade e à dimensão pastoral da teologia. Toma-se consciência de povo, corpo e comunidade. A Igreja do Brasil, por exemplo, já não fala mais de Pastoral de Conjunto, mas de Pastoral Orgânica, desde que todos devem se sentir comprometidos como membros do mesmo corpo. Ampliam-se, por toda parte, os movimentos de coordenação, os contatos, a busca do ecumenismo e da unidade.

Isto nos leva a uma maior consciência da dimensão social da evangelização. Não se evangeliza sozi-

nho, mas **em comunidade e como comunidade**. O Concílio destacou, de modo especial, a diaconia fraterna dos homens e mulheres que vivem o celibato pelo Reino. Isto já é um serviço à Igreja e ao mundo. A união fraterna é um sinal evangélico que manifesta a vinda do Senhor, Cf. PC, 5.

É claro que não são apenas as comunidades religiosas, mas todas as comunidades cristãs, os instrumentos de evangelização e, ao mesmo tempo, o lugar de evangelização. Evangeliza-se na medida em que se aceita ser evangelizado pelo Senhor. A comunidade cristã — religiosa ou não — agente de evangelização, deve ajudar seus membros a assumir corresponsavelmente a ação evangelizadora. A missão é tarefa de todos.



A Corresponsabilidade Comunitária na Missão. Em seu livro "Corresponsabilidade na Igreja de hoje", escreveu o Cardeal Suenens: "Se me perguntassem qual o germe de vida mais rico em consequências pastorais que devemos ao Concílio, responderia sem pestanejar: a redescoberta do Povo de Deus como um todo, como globalidade e, conseqüentemente, a corresponsabilidade para cada um de seus membros. A corresponsabilidade é a idéia mestra do Concílio" (SUENENS, L., **A Corresponsabilidade na Igreja de Hoje**, Petrópolis, Vozes, 1969, p. 21-22).

O desejo de viver a corresponsabilidade em todos os campos é uma característica de nosso tempo. Bus-

ca-se um trabalho conjunto nos domínios da ciência e da técnica. A dinâmica de grupo é usada em todas as partes. A pastoral da Igreja é, cada vez mais, pastoral de equipe.

Donde a necessidade da colaboração adulta de todos os membros da Igreja na missão evangelizadora. Não importa a diversidade das tarefas. O que importa é a comunhão no objetivo comum de evangelização.

Não se evangeliza sozinho, mas em comunidade. Nossas comunidades devem ser evangelizadoras em todas as suas dimensões. Para isto necessita da contribuição de cada um de seus membros, com suas riquezas pessoais, para formar a riqueza de todos que será repartida com os irmãos.

Donde a necessidade de viver profundamente no grupo evangelizador alguns princípios intimamente ligados à corresponsabilidade: a subsidiariedade, descentralização, a definição de áreas de responsabilidade, a delegação e colaboração, etc. Estes princípios derivam do sentido de corresponsabilidade e convergem para ele.

Existe também uma corresponsabilidade entre as Igrejas locais e a Igreja universal em sua ação evangelizadora. Foi bem sublinhada por Paulo VI no discurso de encerramento do Sínodo da Evangelização: "As Igrejas locais são corresponsáveis na missão evangelizadora em comunhão com a Igreja universal; uma vez que toda a Igreja se encontra em estado de missão, toda a Igreja é missionária" (Paulo VI, **Osservatore Romano**, 3.11.1974).

Tudo o que se disse supõe um grande trabalho de planificação em cada Igreja local, latino-americana e universal. Traz consigo como exigência, situar o trabalho de cada um com relação aos objetivos gerais e específicos de cada Igreja e ensinar a estabelecer metas identificadas. Supõe também o diálogo, esta busca em comum da verdade de Deus, e a decisão conjunta da fixação dos objetivos individuais e comunitários. Requer a conscientização de cada membro ao assumir um novo trabalho e a responsabilidade de dar prosseguimento ao que iniciaram outros membros, a partir das necessidades sentidas, conscientizadas e assumidas. Exige ainda uma metodologia de revisão e avaliação contínua dos planos, projetos apostólicos e programas.

A linguagem pode parecer um pouco técnica, mas ajuda muito na ação evangelizadora. Os elementos técnicos, unidos a tudo o que se viu e se verá com relação ao tema da evangelização (dimensão teológico-pastoral) podem, e realmente ajudam, no anúncio do Reino para uma resposta comprometida de adesão a este mesmo Reino.

3. A Igreja, comunidade ministerial

A Igreja ministerial. A ministerialidade é uma característica fundamental da Igreja. Ela existe para servir a todos os homens e a cada homem. Nesta linha de pensamento se fala hoje de Teologia dos Ministérios.

Redescoberta dos ministérios. A Evangelização — missão fundamental de uma Igreja comprometida em sua totalidade com o homem — exige evangelizadores profundamente abertos ao dom de Deus; às interpelações do Espírito; à realidade concreta com seus desejos, interrogações, desafios, busca de resposta e de compromisso. Supõe uma atitude de humildade e escuta do Senhor e dos irmãos, uma atitude de contínua busca e de criatividade à luz do Espírito para responder concretamente às exigências do aqui e agora. Para encarnar-se melhor em cada realidade concreta. Para anunciar e denunciar à luz da fé, da esperança e do amor teológicos.

Consequência disto é a necessidade de sintonia cada vez mais profunda com o homem e com o mundo de hoje, para detectar as necessidades, intuí-las e respondê-las em atitude de total disponibilidade e serviço evangélico. Para responder melhor é preciso buscar novas formas de serviço evangelizador. Isto nos leva a descobrir, ou melhor, a redescobrir os ministérios e a dimensão de comunidade ministerial da Igreja de todos os tempos.

Congar escreve que “uma das grandes reconquistas presentes é a conquista da noção dos carismas e, ligada a ela, a dos ministérios. A Igreja, sobretudo a local, se tem experiência disto, passa a ser vista como a comunidade que Deus cons-

trói suscitando serviços para os quais distribui vocações e dons” (CONGAR, Y., *Réflexions et Recherches actuelles sur l'Assemblée Liturgique*, em *Maison Dieu* 113, 1973, p. 14).

Hoje não se pode falar apenas dos ministérios ordenados: o episcopado, o presbiterato, o diaconato. Não nos deteremos especificamente nestes ministérios porque não é a finalidade de nosso trabalho. O mesmo diácono está assumindo novas modalidades; surgem, por toda parte, outros serviços, todos destinados à construção da Igreja. Não se trata de ministérios protocolares e formalistas. A Igreja recebeu de Cristo uma missão, a de pregar a Palavra da Salvação, com tudo o que isto comporta. “Assim, todo ministério, dentro de uma escala de valores, por mais simples que seja, é uma expressão da Pregação da Palavra que constrói o Reino”. O Povo de Deus se congrega pela Palavra (Cf. P O, 4), tem na Eucaristia seu centro vital e o vínculo de união entre todos os membros. Todos os sacramentos “assim como todos os ministérios eclesiásticos e obras de apostolado, estão intimamente unidos com a Eucaristia e para ela se ordenam. É porque na Eucaristia está todo o bem espiritual da Igreja, o mesmo Cristo, nossa Páscoa e Pão Vivo, que dá a vida aos homens, vivificados e vivificantes pelo Espírito Santo” Cf. P O, 5. Palavra e Eucaristia

se implicam mutuamente (Cf. MORONTA, M., *La Iglesia, Comunidad Ministerial*, em *Iglesia Pascual*, Revista Venezolana de Teología, Caracas, enero-marzo 1975, p. 27).

A pluralidade de ministério é consequência de uma opção pela verdade teológica da Igreja, Povo de Deus, sinal e profecia, lugar da manifestação do Ressuscitado. Os vários serviços devem situar-se dentro da comunidade, de acordo com as necessidades de uma Igreja do Povo, com seus valores, expressões litúrgicas, linguagem e religiosidade.

Para situarmos melhor na apresentação de uma Igreja toda ela ministerial, vamos à História do Cristianismo, sobretudo, vamos ao Novo Testamento e aos primeiros séculos da vida da Igreja (*)



Os ministérios na Igreja Primitiva. Nosso ponto de partida é a comunidade de Jerusalém, apresentada nos primeiros doze capítulos dos Atos. É a comunidade reunida ao redor dos Doze, O primeiro ministério (*diakonia*, cf. At 1, 17-25), é o ministério dos Doze que são as colunas do novo Povo de Deus. Urgidos pela necessidade de pregar a Palavra, dividem com outros, os Sete da comunidade dos helenistas, parte de seus ministérios (At 6). Os Sete, não somente dão assistência às viúvas e aos órfãos e servem às

(*) A parte histórica é um pouco ampla, porém, necessária para um estudo mais profundo. No fim encontrará a bibliografia. O que está escrito é resultado da leitura dos artigos e dos livros.

mesas, mas ainda pregam o Evangelho (At 7 e At 8, 5; 26-40) e dirigem a comunidade. Quando a perseguição expulsa os Sete de Jerusalém e a alguns dos Doze, é da sua pregação que nascem as novas comunidades cristãs, fora da cidade

As cartas de Paulo são um testemunho vivo da segunda etapa da expansão do cristianismo: a expansão apostólica, mais ou menos, dos anos 44 a 67. Neste período, em Jerusalém, predominam as figuras de Tiago, Cefas e João, colunas da Igreja (Gál 2, 9) e os anciãos ou presbíteros (At 15, 6-22; 11, 29-30; 21, 28). Deve-se observar que a denominação "presbítero" não corresponde a sacerdote hoje. Os presbíteros são homens encarregados de diversas tarefas, desde a administração dos bens da Igreja (At 11, 29-30) até a interpretação da lei de Deus (At 15, 6-22).

Nas Igrejas fundadas pelos Doze ou pelos Sete, fora de Jerusalém, surgem novos carismas de fé e de serviço, suscitados pelo Espírito do Senhor para que as comunidades tenham continuidade, permanência e estabilidade. Depois de Pentecostes, surge a necessidade da institucionalização à serviço da vida carismática comunitária a para o desenvolvimento dos dons e das tarefas eclesiais. Há lugar então para ministérios específicos e permanentes. Paulo fala de "apóstolos, profetas e doutores" (1 Cor 12, 26). São os pregadores da palavra de reconciliação e de salvação. Os apóstolos são os testemunhas originários do Senhor Jesus e a autoridade máxima nas comunidades; os profetas e profetisas, mensageiros do Espí-

rito sob a orientação dos apóstolos; os doutores e doutoras transmitem e interpretam a mensagem do Senhor também debaixo da orientação dos apóstolos.

Os presbíteros são suscitados pelo Espírito para coordenar a comunidade e transmitir a verdade revelada. São os responsáveis, os presidentes e dirigentes das comunidades. Possuem a diaconia da liderança, da coordenação dos ministérios eclesiais e de sua continuidade. Atuam na Igreja juntamente com os profetas e doutores. A seu lado surgem os pastores. Sua principal missão é edificar a comunidade juntamente com os profetas e os doutores. São chamados Bispos (supervisores) ou presbíteros (os mais velhos). Estes títulos não têm mais o mesmo sentido de hoje.

Todos estes ministérios, nascidos no seio da comunidade, precisam ser reconhecidos pelas comunidades e pelos seus pastores. A imposição das mãos, acompanhada da invocação do Espírito, simboliza a legitimação pública dos ministros ou servidores. Serviço e missão se completam (KOOP, P. P., **Comunidade e Ministério**, R E B, Petrópolis, 1970, p. 359-366).

Os doutores se dedicam, sobretudo, ao ensino; os apóstolos são missionários itinerantes; os profetas, aqueles que têm um lugar especial no culto e na oração. Falam sob a inspiração de Deus. Quando Paulo escreve aos coríntios dá a entender que os ministérios já estão institucionalizados e que existe divisão de trabalho com direito à remuneração (1 Cor 9, 4-15).

Escrevendo aos filipenses, o apóstolo saúda os bispos e os diáconos (há quem traduza: supervisores e ministros), títulos que não correspondem, todavia, aos cargos eclesiásticos de hoje. Sintetizando o que diz respeito à época apostólica, diria: nela se dá primazia à proclamação da Palavra, à evangelização, à Profecia (1 Tes 5, 19-20; 1 Cor 14, 1 ss).

Eusébio de Cesaréia escreve em sua famosa História Eclesiástica: "É possível enumerar nominalmente todos aqueles que, no tempo da primeira sucessão dos apóstolos, foram pastores e evangelistas nas igrejas do mundo" (III, 37, 4). Pode-se deduzir a multiplicidade dos sucessores dos apóstolos nos ministérios da Igreja e uma mudança na concepção de ministério. Eusébio fala de pastores (dirigentes permanentes das comunidades) e de evangelistas (missionários itinerantes).

Temos poucos textos sobre a primeira metade do século II. As Cartas de Santo Inácio, bispo de Antioquia, destacam a figura do bispo, ajudado por um Conselho de Presbíteros e por diáconos; estes últimos são encarregados do ministério da Palavra de Deus (Cf. Carta aos Tralianos 2, 3; aos Filadelfianos 11, 1). São estes os três ministérios: episcopado, presbiterato, diaconato que continuam até nossos dias nas Igrejas do Oriente e do Ocidente. De uma diversidade de ministérios das Igrejas locais, passa-se a uma estrutura ministerial uniforme na Igreja.

Ministérios e comunidade cristã.

O estudo sobre o desenvolvimento dos serviços e sua relação com os ministérios jerárquicos leva a estas três conclusões:

◆ A comunidade é corresponsável pela missão da Igreja embora seja orientada por seus dirigentes (At 2, 1-4; 1 Cor 12, 7; Ef 4, 11-12; 1 Pdr 4, 10).

◆ A comunidade participa na eleição de seus ministros e na formulação de suas decisões (At 1, 15 ss; 6, 1-7; 1 Cor 6, 5; 2 Cor 16, 19-23; 1 Tes 5, 19-21; Col 2, 8).

◆ Ao lado dos ministérios principais ou jerárquicos existe uma multiplicidade de serviços, mais ou menos, permanentes; mais ou menos, oficiais e reconhecidos, alguns dos quais assumidos por mulheres (1 Cor 12, 4-10; 28).

Todos os ministérios citados por Paulo e encontrados no Novo Testamento têm uma só finalidade: servir. Não se pode falar propriamente de grandes e pequenos serviços.

Com relação à participação das mulheres, Paulo interpreta o sentido da nova economia da salvação ao escrever que já não há mais diferença entre judeu e grego, escravo e livre, homem e mulher. Somos todos uma só coisa em Cristo Jesus (Gál 3, 28). Admite as mulheres, na oração pública (Rom 16, 1 ss; 1 Cor 11, 2 ss). Muitos exegetas atuais dizem que a imposição de silêncio às mulheres (1 Cor 14, 34) que contradiz o capítulo 11, 4 da mesma carta, é uma interpolação posterior, devida ao influxo dos costumes judeus na Igreja primitiva. É

clara uma tendência para limitar a participação das mulheres na liturgia e no apostolado, sobretudo nos fins do século primeiro. Na época apostólica, mulheres como Maria, Lídia, Priscila, Trifena e outras parecem desempenhar missão de responsabilidade na Igreja.

Pode-se, pois, concluir:

— Há na Igreja dos dois primeiros séculos diversidade de modelos institucionais não organizados no Novo Testamento, porém, não se pode concluir por aí que o Novo Testamento autorize qualquer tipo de ministério.

— Apesar da diversidade dos modelos, há algumas constantes na concepção dos ministérios e da Igreja, inspirados no Novo Testamento.

— A comunidade aparece como corresponsável pela missão da Igreja, participando na eleição dos ministros e nas decisões. A comunidade está sempre organizada e dirigida por ministros cuja autoridade está em conexão com a autoridade dos apóstolos e mais profundamente com a vocação e o poder vindor de Deus (At 6, 6; 13, 3; 1 Tim 4, 14).

— O modelo no exercício da autoridade é Jesus Cristo que não veio para ser servido mas para servir e para dar a vida para salvar a muitos (Mc 10, 45). É tão importante a concepção do ministério como diaconia ou serviço que muitos exe-

getas a consideram como eixo central da concepção de ministério no Novo Testamento.

— O Novo Testamento fala do sacerdócio de Cristo e da função sacerdotal de toda a comunidade cristã, porém, evita aplicar o vocabulário sacerdotal aos ministros do Novo Testamento, também para deixar claro a distinção entre eles e os sacerdotes do judaísmo ou do paganismo.

— Com relação ao conteúdo dos ministérios dos dirigentes das comunidades cristãs, dá-se especial relevo à função profética (proclamação da Palavra, evangelização e catequese) e à função pastoral (governo da comunidade, assistência, etc.), e a função propriamente sacerdotal (celebração da eucaristia, do culto, etc.).

— O Novo Testamento não opõe carisma a ministério. Paulo fala, ao mesmo tempo, de carismas e de ministérios (1 Cor 4, 6; 12, 8-11; 28-30). Os ministérios fazem parte dos carismas. É entre as pessoas a quem Deus concede carismas que a comunidade deve escolher seus ministros.

— O Novo Testamento reconhece também formas colegiadas de Ministério, especialmente aquele assumido corresponsavelmente pelo bispo e pelos presbíteros. A forma monárquica começa a prevalecer na época seguinte (*).

(*) Seria importante um estudo detalhado sobre o desenvolvimento histórico dos ministérios na Igreja dos séculos seguintes para compreender melhor as transformações a partir do século primeiro até nossos dias. O assunto é complexo e apresentado sinteticamente. Nas obras indicadas na bibliografia se podem ler informes em pormenor.

Perspectivas teológicas atuais. A partir do que se escreveu anteriormente, vamos tentar enumerar as grandes linhas da Teologia dos Ministérios, sobretudo, na Igreja Latino-Americana.

Tem-se falado ultimamente de uma crise dos ministérios. Esta crise foi interpretada, muitas vezes, unilateralmente. Fala-se de uma crise do presbitério quando, na realidade, foi toda a Igreja quem entrou num processo de maturação, buscando equilíbrio e novas formas de resposta às situações de n o s s o tempo.

Crise significa questionamento, desafio. Daqui nasce a nova perspectiva de muitos teólogos e pastores do pós-Concílio de repensar a concepção dos ministérios em sua globalidade. Somente uma visão de como a Igreja realiza hoje a **koinonia** e a **diakonia** (através de sua organização, instituições e serviços) pode nos ajudar a responder melhor às necessidades dos tempos e abrir-nos a uma visão prospectiva.

O ministério dos cristãos resulta de sua participação na missão sacerdotal, profética e real de Jesus Cristo. O Concílio Vaticano II usou amplamente esta trilogia (LG, 25-27; 34-36; C D, 12-16; P O, 4-6). É fácil constatar que na História da Igreja — a partir da Escolástica — séculos XII e XIII, até o último Concílio, deu-se especial relevo à dimensão sacerdotal e cultural, com a conseqüente ênfase à celebração da liturgia e dos sacramentos, esquecendo-se a Palavra e a proclamação missionária e profética.

Nos nossos dias, entretanto, se deu grande importância à diaconia ou ao ministério. Em lugar de voltar-se sobre si mesma, a Igreja voltou-se para o mundo. Não apenas para ajudar o homem a alcançar sua salvação eterna, para ajudá-lo a ser, aqui e agora, um homem novo, salvo e libertado por Cristo e em Cristo. Os Sínodos da Justiça no mundo e da Evangelização nos apresentaram a ação para a Justiça, a libertação do homem e a participação na transformação do mundo, como dimensões constitutivas do anúncio do Evangelho (Cf. **Declaração dos Padres Sinodais de 1971**, n.º 12).

Isto incide necessariamente na concepção dos ministérios eclesiais que se ampliam consideravelmente e faz com que não se justifique mais a clássica dicotomia entre clérigos (diretamente ocupados na missão da Igreja) e leigos (diretamente ocupados com o mundo). A missão da Igreja é a salvação do mundo

Hervé Legrand é um dos teólogos atuais que condensou melhor a descrição dos ministérios à luz da missão da Igreja e dos cristãos. O especial dos ministérios está, para ele, nas seguintes tarefas:

1.^a) Levar a Boa Nova a todo o mundo, a todos os povos da **oikoumene**, simbolicamente representados nos Atos 2, 9-11.

2.^a) Inverter Babel, isto é, trabalhar na comunicação e reconciliação de todos os homens, superando todo tipo de barreiras.

3.^a) Sustentar o processo em ato; não fazer dicotomia; mostrar ao

mundo uma Igreja que não é neutra, mas que se alinha do lado dos oprimidos e se compromete com o homem na construção da história e não simplesmente uma Igreja da Parusia. A dimensão escatológica não significa deserção mas compromisso com a história atual.

4.^a) Levar à comunhão com Deus, como consequência da solidariedade na libertação dos homens e a reconciliação com eles (LEGRAND, H., *Les ministères. Essai de bilandes grandes lignes de recherche de la Théologie Catholique*. Boletim Pro Mundi Vita. Bruxelas, 1973, pp. 14, cit. por ANTONIAZZI, A., notas policopiadas, p. 16-19).

Num trabalho de 1973, Legrand fala de quatro grandes eixos da Teologia dos Ministérios:

1.^o) Deve partir da Igreja e não da pessoa do ministro.

2.^o) O ministério dos cristãos se dirige para a construção da Igreja.

3.^o) O ministério da Igreja deve ser realizado por todos os cristãos.

4.^o) O ministério dos presbíteros é original (Cf. *Ou en est la théologie des ministères?* em *Vocation* 264 (1973), p. 397-427, cit. por MORONTA, art. cit. p. 32).

A redistribuição dos serviços deve ser repensada — como realmente está sendo — desde a concepção de ministério em cada realidade eclesial. Sintetizando tudo isto, Antoniazzi chega a algumas conclusões:

1.^a) Não basta distribuir aos leigos tarefas antes executadas pelos sacerdotes. É necessário repensar a missão da Igreja universal frente ao mundo, buscando a melhor organização possível de suas forças e de seus serviços nesta perspectiva.

2.^a) Deve-se fazer o mesmo com relação às Igrejas e comunidades locais. Não se pode impor modelos. Cada comunidade deve repensar seus ministérios e adequá-los a sua missão.

3.^a) Deve desaparecer a rígida separação entre ministérios internos (voltados para dentro da Igreja) e ministérios externos (para o serviço do mundo). Todo ministério deve ser concebido em função da missão universal da Igreja.

4.^a) Como consequência da maior amplitude dos horizontes, talvez se conseguirá maior número e melhor qualidade de vocações mesmo para o ministério presbiteral.

5.^a) Na diversificação e organização dos ministérios, a Igreja deverá ter presente a missão de testemunho da fraternidade evangélica e de igual dignidade de todos em Cristo. Não se poderá mais falar de relações de superioridade e inferioridade entre clérigos e leigos, mas de corresponsabilidade, participação ativa, igualdade de direitos, o que se constituirá em testemunho para o mundo e contestação da injustiça.

Conclui dizendo que se o ministério está a serviço do evangelho, é lógico que a mesma concepção do ministério seja evangélica. Este será o supremo critério da renovação de todos os ministérios.

Os ministros na Igreja de hoje. Queremos inicialmente levantar quatro perguntas e depois tentar dar-lhes uma resposta: 1.^a) Quem deve assumir os ministérios na Igreja? 2.^a) Quais serão os novos ministérios? 3.^a) Como devem ser organizados? 4.^a) Que critérios seguir para a formação dos ministérios?

A resposta à primeira pergunta parece muito fácil teoricamente: **TODOS**. Se a Igreja constitui, toda ela, uma comunidade ministerial, corresponsável, a melhor organização dos ministérios deverá estar baseada nos princípios de corresponsabilidade, colaboração, igualdade e subsidiariedade.

Na Assembléia do Episcopado Francês, em Lourdes, novembro de 1973, se falou claramente de passar de uma Igreja "maciçamente apoiada no ministério presbiteral" para uma Igreja "baseada na responsabilidade de todos" (Cf. **Tous responsables dans l'Eglise? Le ministère presbytéral dans l'Eglise tout entière ministeriele**, Paris. Ed. Du Centurion, 1974).

A resposta à segunda pergunta não é tão fácil de ser dada nem na teoria nem na prática, pois deve existir necessariamente uma grande pluralidade de ministérios. Num sentido amplo, toda atividade a serviço do evangelho no mundo e na comunidade cristã, deve ser considerada como ministério. Em sentido estrito, falar-se-á de ministérios assumidos e nome da comunidade e em nome pessoal, distinguindo-se os ministérios publicamente instituídos e os reconhecidos pelas comunidades sem formalidades externas.

A carta de Paulo VI **Ministeria Quaedam**, de 15.8.1972, é importante na determinação dos novos ministérios porque estabelece alguns princípios importantes:

— A subsistência dos ministérios de acólito e leitor para toda a Igreja Latina. Não são conferidos por ordenação mas por instituição. Podem ser conferidos a seculares.

— Os ministérios que introduzem no clero ou ministérios ordenados são somente o diaconato, o presbiterato e o episcopado.

— As Conferências Episcopais poderão instituir outros ministérios não ordenados, de acordo com a Santa Sé.

Este último ponto, sobretudo, abre novas perspectivas no horizonte da Teologia dos Ministérios e de sua diversificação nas Igrejas locais. Os bispos, com seu presbitério, continuarão sendo os últimos responsáveis da Igreja local, mas devem articular seu ministério com todos aqueles que prestam qualquer serviço à comunidade.

As opiniões na Igreja atual divergem muito com relação ao modo de escolher os ministros. Basta recordar dois exemplos: a questão da ordenação sacerdotal de homens casados que dividiu os Padres Sinodais em 1971 e a discussão sobre a participação da mulher não somente nos ministérios ordenados mas ainda em todos os ministérios reservados aos homens (**Ministeria Quaedam**, n.º 7).

Com respeito à organização de novos ministérios (terceira pergun-

ta) e os critérios para a formação de novos ministérios (quarta pergunta), devo dizer que são tarefas eminentemente pastorais. A pastoral deverá ser ajudada pela Sociologia, pela Psicologia, pelas técnicas de liderança, etc. À Teologia compete dizer que o campo está aberto à experiência, à criatividade e ao desenvolvimento sistemático ou não de novos ministérios e iluminá-lo teologicamente. A institucionalização — quando necessária — virá mais tarde.

O que importa realmente é estar atento, à escuta do Espírito que fala ao nosso povo e por meio dele. Descobrir os carismas e valorizar as pessoas capazes de servir às comunidades e conscientizar as comunidades de sua responsabilidade em suscitar, acolher e ajudar a criação e o desenvolvimento de novos ministérios e de seus ministros.

A verdade é que os ministérios ordenados são insuficientes para atender às necessidades de nosso continente. Nasceram, por toda parte, diversos tipos de serviço, às vezes, com características tipicamente latino-americanas, nas dioceses, paróquias, Comunidades de Base ou células ainda mais pequenas da Igreja. Deram-se nomes variados a estes serviços: agentes de pastoral, animadores de paróquias, "párocos ou párocas", ministros da caridade, ministros extraordinários da comunhão, ministros da Palavra, coordenadores paroquiais, chefes de diaconias, coordenadores, espiritualizadores, orientadores, etc. Os nomes e as funções variam consideravelmente.

Também neste campo é imprescindível uma colocação de criatividade e busca dinâmica à luz do Espírito, para intuir respostas novas. Paulo, já no século primeiro, falou de cerca de dezoito tipos diferentes de carismas e ministérios. O horizonte hoje é muito mais amplo. Gostaria de mencionar agora um campo de especial relevo para a criação de novos ministérios: as Comunidades Eclesiais de Base.

CEB

Comunidades de Base e os Novos Ministérios. Nasceu entre nós uma Igreja nova, mais do povo, mais latino-americana. Donde a urgência da criação e desenvolvimento de novos ministérios que respondam a esta nossa realidade: ministérios exercidos por gente do povo; que fale sua linguagem, que tenha presente a Mensagem mediante a Palavra, o silêncio, a oração, gestos concretos de serviço, pela vida realmente compartilhada com o povo. A Editora Vozes dedicou um número inteiro do SEDOC e agora um livro às Comunidades Eclesiais de Base. Também outras revistas o fizeram. Nisto está alguma coisa de original: o conteúdo são os mesmos informes vindos destas comunidades, de um ponto de vista realista, prático, vivencial apesar da linguagem, às vezes, formal. Três teólogos fizeram a interpretação teológico-pastoral destes relatórios. Já aludimos ao artigo de Leonardo Boff. Deveria também assinalar cada parágrafo da leitura interpretativo-teológica de Carlos Mesters que ocupa cerca de 52 colunas da revista.

Entre nós é uma realidade a Igreja que está nascendo do povo. Um estilo novo de pensar na Igreja. Um modo distinto de ser Igreja. Sente-se hoje o nascimento de uma Igreja nova, nascida da antiga, a Igreja que nasce do povo, especialmente nas comunidades de base.

O problema dos serviços nestas comunidades de base é muito complexo. Carlos Mesters escreve muito bem como no problema dos ministérios estão implicados outros problemas: a imagem nova da Igreja e de sua missão de alimentar internamente a vida da comunidade; a crescente autonomia das comunidades, a administração dos sacramentos, a situação conflitiva do sacerdote atual, o conflito entre o velho e o novo. Apresento algumas possíveis soluções para o problema. São alguns aspectos:

1.^a) A problemática atual tem sua causa no monopólio pelo clero, como classe, das três funções necessárias para o governo das comunidades: **a)** Suscitar e coordenar o processo educativo mediante a qual se vai tomando consciência de povo (governo-sabedoria). **b)** Orientar criticamente a comunidade dentro de um objetivo (missão profética). **c)** Celebrar os aspectos da vida da comunidade para que esta seja dinamizada e aprofundada (função sacerdotal). Devido ao monopólio sacerdotal, deu-se particular relevo à terceira função e se diminuiu até mesmo se eliminou a força crítica que poderia vir das duas outras funções. Sacralizaram-se ou sacramentalizaram-se os serviços e os ministérios.

2.^a) Mesters apresenta como pista de solução a “desclericalização” das três funções básicas necessárias para o funcionamento autônomo das comunidades.

3.^a) Os novos ministérios que surgem nas novas comunidades se relacionam, em geral, com a função sapiencial e profética. Por isso, muitos não os consideram como ministérios conforme o esquema tradicional. É preciso incrementar tais ministérios e dar-lhes a necessária estruturação. É preciso que o povo os assumam como algo próprio.

4.^a) Diversas funções foram assumidas nas comunidades para “ajudar o sacerdote, como, por exemplo, a distribuição da comunhão e a administração do batismo. O povo precisa sentir como sendo dele e assumi-la como tal”.

5.^a) É importante fazer com que o povo verbalize sua experiência comunitária de Deus e a celebre, quer dizer, que as celebrações sejam expressão real da vida; que se descubra a dimensão sacramental da vida inteira. Assim o povo assumirá, pouco a pouco, a função sacerdotal, sem examinar do ponto de vista do clericalismo.

Se se consegue desencadear este processo, os ministérios não serão mais assumidos como um “presente recebido da generosidade da hierarquia que, de um lado, fez a lei canônica, mas uma conquista do mesmo povo a partir de sua vivência e será, ao mesmo tempo, a redenção do sacerdócio dentro da

Igreja" (Cf. C. MESTERS, **O futuro de nosso passado**, em SEDOC, Vozes, Petrópolis, maio de 1975, col. 1166-1168).

Embora o problema dos ministérios tenha sido relacionado por Carlos Mesters especificamente com as Comunidades Eclesiais de Base (seu estudo se baseia nos informes das mesmas comunidades), parece muito claro que todo ou quase todo pode ser examinado do prisma de qualquer tipo de comunidade cristã que esteja nascendo no continente.

Conclusão

Percorremos um caminho que tem como ponto de partida e centro de convergência a Igreja Nova que nasceu e está nascendo em nosso continente. Uma Igreja viva, mais consciente de sua missão de Povo de Deus e de sua vocação profética de anúncio e crítica em nossa realidade. Uma Igreja presença,

sinal e sacramento do Cristo Ressuscitado, mais solidária, e, por isso, mais comunitária e fraterna.

A Igreja latino-americana nos urge a assumir os ministérios e a empenhar-nos profundamente na evangelização. Numa atitude básica de fé, esperança e caridade, conscientes do risco que supõe o assumir hoje a missão com todas as suas exigências e consequências. Essa Igreja olha para nós, religiosos, de modo especial. Nela e por meio dela nos olham os irmãos. Eles nos desafiam e questionam, pedindo-nos simplesmente coerência entre o ser e o fazer, entre a palavra e a vida.

Estão abertos novos horizontes. Ampliaram-se as perspectivas. É preciso "fazer caminho ao andar". É preciso evangelizar, profetizar, servir. Com gestos concretos. Com a vida. Que o Espírito do Cristo Ressuscitado nos ensine a responder na fé e alegria do compromisso.

BIBLIOGRAFIA

1. ANTONIAZZI, A., **Os Ministérios na Igreja Hoje**. Petrópolis, Vozes, 1975.
2. DELORME, J., **Le ministère et les ministères selon le Nouveau Testament**, Paris, Seuil, 1974, p. 542.
3. FRANSEN, **Alguns aspectos do processo de dogmatização do ministério**. Concilium. 80 (1972) p. 1319-1329.
4. FRIES, **Ministérios e Sacerdócio**. Dicionário de Teologia, vol. III e V. São Paulo. Edições Loyola, 1970-1971.
5. KOOP, P. P., **Comunidade e Ministério**, em Revista Eclesiástica Brasileira (REB), vol. XXX, Petrópolis, 1970, p. 355-360.
6. LEMAIRE,

Dos Serviços aos Ministérios, em Concilium 80 (1972) p. 1265-1277. Todo o número da revista.
7. LEMAIRE, **Les ministères dans la recherche néo-testamentaire**, em Maison Dieu 115, 1973, p. 30-60.
8. PASTOR, F. A., **Teologia del Ministerio Eclesial**, em Estudios Eclesiásticos 45, 1970, p. 53-90.
9. RUIJS, R., **Estruturas Eclesiais do Novo Testamento à luz da vontade de Jesus**, em Revista Eclesiástica Brasileira, março 1973, p. 35-60.
10. SCHNACKENBURG, R., **Participação da comunidade por consenso e eleição no Novo Testamento**, em Concilium 77 (1972) p. 856-865.

PARA VOCÊ LER

LIVROS NOVOS

**RECEBEMOS DA E. P. U. —
EDITORA PEDAGÓGICA E UNIVERSITÁRIA LTDA.**

I
HISTÓRIA DO EXISTENCIALISMO E DA FENOMENOLOGIA, Thomas Ranson Giles. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. e Editora da Universidade de São Paulo. Ano 1975. Páginas 300, o primeiro volume e páginas 370, o segundo.

No primeiro volume o autor trata de Soren Aabye Kierkegaard, Friedrich Wilhelm Nietzsche, Edmundo Husserl, Martin Heidegger e, no segundo volume: Max Scheler, Martin Buber, Karl Jaspers, Jean-Paul Sartre.

A Fenomenologia, enquanto filosofia radical e método de um novo existencialismo, forneceu os fundamentos teóricos para novas abordagens e novos métodos em quase todas as ciências

humanas. Todas foram profundamente influenciadas pelo espírito que levou Husserl a formular este "método de rigor". Apesar das divergências, mesmo essenciais, entre os existencialistas que adotaram o método fenomenológico, há uma unidade e continuidade fundamental no movimento que vai desde a formulação primitiva por Husserl até a aplicação por Sartre do método fenomenológico ao sentimento da existência.

Sartre insere a Fenomenologia dentro dos quadros de uma filosofia do ser e do nada. Mesmo o abandono do método fenomenológico por Martin Heidegger, como também as análises fenomenológicas que faz Max Scheler de modelos éticos, religiosos e sociológicos, apesar das discrepâncias de Husserl em pontos essenciais, testemunham

uma fidelidade fundamental à idéia inspiradora do movimento.

A filosofia da existência de Jaspers, que tem as raízes no pensamento de Kierkegaard e de Nietzsche, e o existencialismo personalista de Buber são variações sobre um tema já levantado nos primórdios da fenomenologia, nas primeiras pesquisas de Husserl: o *Lebenswelt*, o mundo da experiência vivencial.

2

UMA INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO EXPERIMENTAL EM PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASOS, Homer H. Johnson e Robert L. Solso. Tradução do original norte-americano **An Introduction to Experimental Design in Psychology: A Case Approach**, de Edna Maria Marturano e Ricardo Gorayeb. Ano 1975. Páginas 238.

Este livro de Johnson e Solso será certamente muito útil para estudantes e professores, principalmente porque, ao contrário do que ocorre com outros manuais, está voltado para a análise crítica de experimentos, e não para a filosofia da ciência ou a estatística.

Os autores utilizaram exemplos de planejamentos experimentais em vários campos — social, clínico e educacional — para demonstração da aplicação dos métodos científicos a todas as áreas da psicologia. Além de experimentos já realizados efetivamente, os autores utilizam experimentos simulados que devem ser replanejados, bem como a reprodução de oito experimentos que devem ser analisados pelo estudante. Para o professor, este livro apresenta a possibilidade de acesso a

diferentes experimentos, sem a necessidade de utilizar artigos de revistas ou reproduções parciais de trabalhos experimentais. Para os alunos, significa a possibilidade de uma apresentação minuciosa e crítica do trabalho experimental.

Finalmente, um dos aspectos mais atraentes deste livro está nos experimentos em si mesmos, onde vemos o trabalho do cientista no laboratório: a proposição de um problema, o levantamento de hipóteses, o controle das variáveis, a mensuração do comportamento observado e a interpretação dos resultados.

3

PSICOLOGIA DA CRIANÇA. O primeiro ano de vida e as experiências iniciais, Leonard Carmichael. Tradução do original norte-americano **Carmichael's Manual of Child Psychology** de Áurea Dierberger. Ano 1975. Páginas 240.

Este é o volume segundo. Os volumes **Carmichael, Psicologia da Criança**, são uma obra definitiva, de igual valor para todos quantos trabalham em disciplinas, atividades e setores relacionados com a criança — psicólogos, educadores, pediatras, assistentes sociais, sociólogos, recreacionistas, professores da pré-escola e do primeiro grau, podendo ainda ser lida com proveito pelos pais inteligentes, em geral — e uma das mais importantes contribuições para a preparação destes profissionais nas universidades e escolas de segundo grau.

O novo Manual de Psicologia da Criança foi coordenado pelo Dr Paul H. Mussen, da Universidade da Califórnia em Berkeley. A edição brasileira

(coordenada pelo Dr. Samuel Pfromm Netto, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo), em dez volumes, visa possibilitar a maior flexibilidade possível em matéria de aquisição, uso e adoção em cursos de nível médio e superior, pois cada volume pode ser lido independentemente dos demais.

Juntos, os dez volumes cobrem todos os aspectos importantes para a apreensão adequada do desenvolvimento normal infantil e dos problemas e anormalidades que ocorrem durante este desenvolvimento. Esta obra foi confiada a 36 eminentes especialistas, o que garante uma ampla diversidade de pontos de vista. Trata-se de uma autêntica enciclopédia de psicologia da criança.

O volume décimo se intitula: **PSICOPATOLOGIA**. Estes volumes foram os primeiros que recebemos.

4

CONDICIONAMENTO REFLEXO E OPERANTE, George Geis, William Stebbins, Robert Lundin. Tradução do original norte-americano **Reflex and Operant Conditioning** de Olgierd Ligeza Stamirowski e Sadao Omote. Ano 1975. Páginas 240.

5

PSICOLOGIA CIENTÍFICA CONTEMPORÂNEA, Albert R. Gilgen. Tradução do original norte-americano **Contemporary Scientific Psychology** de Heloísa E. G. de Oliveira Graeff. Ano 1975. Páginas 364.

6

DESENVOLVIMENTO E PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO, Brian J. Fellows. Tradução do original inglês **The Discrimination Process and Development** de Sérgio Luna. Ano 1975. Páginas 240.

Os estímulos que atingem o organismo não são recebidos como idênticos ou equivalentes. E o processo pelo qual um organismo responde a diferenças entre os estímulos é denominado discriminação. Bastam estas definições para se ver a importância da discriminação como conceito explicativo do comportamento. No entanto, até recentemente, o estudo experimental da discriminação era feito com animais ou seres humanos adultos, deixando de lado a possibilidade de peculiaridades durante o desenvolvimento da criança.

Neste livro, o autor, além de apresentar uma cuidadosa resenha crítica dos estudos de discriminação realizados com animais, descreve seu trabalho com crianças de diferentes idades. E tanto a sua parte teórica quanto sua parte experimental serão muito úteis para estudantes de Psicologia e Pedagogia, pois esclarecem várias questões de aprendizagem em crianças. Note-se, finalmente, a proposição de um modelo cibernético para dar conta de aspectos perceptivos e cognitivos do processo de discriminação.

CONCILIUM / 107. Ano 1975. Volume 7. Tema: Direito Canônico. A disciplina eclesialística. Editora Vozes. Páginas 116.

Em 1973 as Conferências Episcopais receberam o esboço de uma revisão da parte do Direito Eclesialístico sobre sanções ou penas, com o pedido de que, antes do fim de 1974, fossem enviadas a Roma suas observações e sugestões a respeito do mesmo. Ainda bem que não o fizeram no prazo estipulado, pois o V Livro do Código de Direito Canônico é um livro totalmente ultrapassado e o novo esboço tem muita coisa a ser criticada e corrigida, a começar por sua afirmação inicial:

— É direito inalienável e próprio da Igreja reprimir (coagir) com sanções punitivas os fiéis que transgridem uma lei e dão escândalo.

Argumenta-se que, assim, a Igreja visa a "que seus filhos não abandonem o caminho da salvação e, se se desviarem, retornem outra vez". Será que isto é mesmo válido? A Igreja pode impor, por meio de leis e sanções, "o caminho da salvação"? Grandes especialistas, de diversos países, discutem aqui não somente esta, como também muitas outras proposições do esboço. A análise se estende ao enfoque histórico, bíblico, pastoral e jurídico, procurando aprofundá-lo no que toca ao fiel comum e ao clero, sob o aspecto individual e comunitário.

Admitindo-se que os estudos aqui apresentados sejam também passíveis de discussão, não podemos negar que eles contribuem para uma revisão profunda e radical do esboço, a fim de que ele possa funcionar de modo real e pastoral na prática eclesialística.

RELIGIOSIDADE POPULAR: Evangelização e Vida Religiosa, Pe. Edênio Valle, SVD. Coedição Vozes/CRB. Coleção Vida Religiosa/Temas Atuais. Ano 1975. Páginas 36.

Existe, no Brasil, uma religião do povo? Os europeus que aqui chegaram como colonizadores, como portadores do poder (seja nas caravelas de Cabral, seja nas normas e costumes das Ordens e Congregações Religiosas) terão eles pregado o Cristianismo puro, ou apenas o Cristianismo adaptado à mentalidade européia? Terão eles tomado em consideração, como um valor, a cultura ameríndia, as culturas dos negros importados, o amálgama cultural do mestiço? "O Catolicismo popular era tido apenas como uma manifestação empobrecida do Catolicismo oficial".

Certo fracasso de nossa pastoral, sobretudo quando comparado com o expressivo êxito de movimentos religiosos considerados como manifestações da ignorância religiosa ou do espírito supersticioso de nosso povo, não seria antes um brado de alerta para os nossos teólogos?

Eis aqui um livrinho que dará muito o que pensar. O Autor toca sem cerimônia no âmago da questão, historicando a nossa formação religiosa, mostrando suas deformações, suas traições e apontando roteiros a seguir. Na sua apologia por uma libertação, sobretudo religiosa, do homem brasileiro, ele acentua em especial o papel que devem assumir os religiosos que "já não podem ser fiéis ao seu carisma eclesial sem entrar no mundo dos pobres como uma dimensão fundamental de sua opção e de sua fidelidade para com o Senhor".

CURSO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICO-CANÔNICA

DATA: de 16 a 20 de agosto de 1976

LOCAL: Liceu Coração de Jesus

Largo Coração de Jesus, 140
01215 SÃO PAULO, 4 — SP

CONFERENCISTAS

PADRE MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ, Presidente Nacional da CRB.

PE. JESUS HORTAL, SJ. Reitor da Faculdade de Teologia e Filosofia Cristo-Rei, São Leopoldo, RS. Laureado em Direito Canônico. Professor de Direito Canônico e Teologia Moral. Membro do Tribunal Eclesiástico de Porto Alegre.

PE. DÉCIO BAPTISTA TEIXEIRA, SDB. Consultor da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares. Procurador Geral dos Salesianos em Roma. Ex-Provincial. Ex-Diretor Nacional da CRB. Laureado em Direito Canônico.

FREI FÁBIO PANINI, OFM. Consultor Jurídico da CRB/Nacional. Membro do Tribunal Eclesiástico do Rio de Janeiro. Laureado em Direito Canônico e Direito Civil.

ALGUNS TEMAS

1. Princípios e critérios que orientam a revisão atualmente em curso do Direito Canônico.
2. O Novo Direito dos Religiosos.
3. Admissão e formação. Governo do Instituto Religioso.
4. Bens temporais do indivíduo e da Instituição.
5. Desligamentos do Instituto: temporário e definitivo.
6. Critérios para elaboração de textos capitulares.
7. As instâncias jurídicas da Santa Sé para a Igreja Universal e da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares.
8. Critérios e prática na solução de alguns casos-tipo.

Obs. Pe. Jesus Hortal substituiu o Pe. Tarcísio Ariovaldo Amaral, impedido porque eleito Bispo de Limeira, SP.

Promoção

CRB-NACIONAL
com a colaboração da
Regional CRB — São Paulo